



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO TRF2 Nº 53/2026

ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: (21) 2282-8682 / 2282-8016

ATENÇÃO

Alerta-se para que a empresa licitante analise detalhadamente o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento. A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta e deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90036/2026

Proc. nº 0020353-51.2025.4.02.8000

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu(sua) Pregoeiro(a), designado pela **Portaria SEI DG/TRF2 Nº 206, de 12 de Maio de 2025**, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio www.gov.br/compras. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 08/06/2026

Horário (de Brasília): 13:00h

Local: www.gov.br/compras

Fazem parte deste Edital:

Anexo I - Termo de Referência; Especificações Técnicas e Diagrama Unifilar

Anexo II – Planilha de Preços

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas e empresas de pequeno porte, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016

Anexo V - Minuta de termo de contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistemas de UPS (Uninterruptible Power Supply)/nobreaks, destinados ao fornecimento de energia elétrica estabilizada e ininterrupta às cargas críticas da sala-cofre do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e às cargas críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I, deste Edital.

1.1 - O objeto desta licitação é uno e indivisível e deverá ser adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio www.gov.br/compras.

2.1.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156, da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabelião de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o Contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.1.6 - Preço total, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Planilha de Preços, constante do Anexo II deste Edital;

5.1.6.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao serviço deverão estar incluídas no preço proposto.

5.1.6.2 - Em caso de licitações por lote ou por valor total cujo objeto seja detalhado em subitens, conforme constante no Anexo II deste edital, deverá ser observado na proposta o valor estimado em cada uma das frações de preço;

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de execução**, que deverá ser conforme estabelecido no Termo de Referência - ANEXO I deste edital;

5.1.9 - **Prazo de garantia**, que deverá ser conforme estabelecido no Termo de Referência - ANEXO I deste edital;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.9, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O(A) Pregoeiro(a) poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.

5.4 – Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos/serviços no *compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O(A) Pregoeiro(a) poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - Considerar-se-á inexequível a proposta na qual não tenha sido demonstrada a viabilidade da execução do objeto por meio de documentação que comprove a coerência dos custos envolvidos na contratação com os de mercado.

6.9 - O(A) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação.

6.10 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da intimação.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o VALOR UNITÁRIO, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.

7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no

sistema, observado o intervalo mínimo de 0,30% (trinta centésimos), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.8 - No caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - A apresentação de novas propostas na forma do subitem anterior não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.12 - Definido o resultado do julgamento, após realizados os procedimentos previstos no item 8, se couber, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.12.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.12.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR UNITÁRIO**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.3.1 - Na hipótese do certame não ser exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma;

8.3.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.3.3 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.5 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.3.6 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério de desempate:

8.5.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.6.1 - Empresas brasileiras;

8.6.2 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.3 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

8.7 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, após a aplicação dos critérios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, utilizar-se-á o sorteio como critério de desempate, no sistema Compras.gov.br, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os demais procedimentos previstos neste item 8, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR TOTAL**, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o(a) Pregoeiro(a), a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O(A) Pregoeiro(a) poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - A Administração poderá disponibilizar protótipo do objeto licitado e exigir, na fase de julgamento das propostas, amostras da licitante provisoriamente vencedora, para atender a diligência ou, após o julgamento, como condição para firmar o contrato.

8.15 - O(A) pregoeiro(a), constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.16 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantidos pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

d) Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o(a) Pregoeiro(a) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20/2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a).

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei.

9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao(à) Pregoeiro(a) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;

9.5.1.1. Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), comprovando a habilitação na área de elétrica e o seu atual quadro de responsáveis técnicos.

9.5.1.2. Comprovação de capacidade técnica mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou serviços de instalação de nobreaks com potência nominal mínima de 210 kW, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total a ser fornecida e instalada para atendimento à sala-cofre do Tribunal.

9.5.1.3. O(s) atestado(s) deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação do declarante e de sua habilitação perante o Sistema CONFEA/CREA ou CFT/CRT, nome e CNPJ do contratante e da contratada, data de início e término dos serviços, local de execução e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

9.5.1.4. Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.5. No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.1.6. Indicação do responsável técnico, dentre os arrolados na Certidão de Pessoa Jurídica apresentada, que será o detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART – CREA) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT – CFT) por todos os serviços a serem desenvolvidos.

9.5.1.7. O responsável técnico deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

9.5.1.8. No caso de a empresa licitante e/ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou CRT do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos desses órgãos regionais por ocasião da assinatura do Contrato.

9.5.1.9. Comprovação de que a empresa licitante possui assistência técnica autorizada pelo fabricante dos equipamentos ofertados, apta a prestar serviços de instalação, comissionamento e manutenção corretiva durante o período de garantia.

9.5.1.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.3 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

10 - VISTORIA

10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

10.1.1 - As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas com a SEMAUT pelo e-mail semaut@trf2.jus.br ou pelos telefones (21) 2282-8233 e (21) 2282-7752.

10.2 - Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos ou eventuais dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

10.3 - Esta vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF 2ª Região para o corrente exercício.

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento de Despesa
02.061.0033.4257.6013	168.413	4.4.90.52.30

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

12.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo(a) Pregoeiro(a).

12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao(à) Pregoeiro(a), exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

12.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

12.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

12.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o(a) Pregoeiro(a) aceitar a proposta e habilitar a licitante vencedora.

13.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

14.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinatura do instrumento contratual/retirada da Nota de Empenho junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

14.1.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão, o TRF - 2ª Região poderá encaminhar os documentos por meio eletrônico.

14.2 - A convocação de que trata o subitem 14.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF - 2ª Região, mediante solicitação, devidamente justificada por parte da licitante, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

14.3 - No ato da assinatura do Contrato/retirada da nota de empenho, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

14.4 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

14.5 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

14.5.1 - Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem anterior, o TRF - 2ª Região, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

14.5.1.1 - convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

14.5.1.2 - adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.6 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar o Contrato/Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

14.7 - Ressalvadas as hipóteses de atraso por culpa da Contratada, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.7.1 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.7.2 - Em caso de culpa da contratada, será a empresa constituída em mora, sendo aplicáveis as respectivas sanções administrativas, podendo o TRF - 2ª Região optar pela extinção do contrato, adotando, neste caso, as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

14.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura do Contrato ou recebimento da nota de empenho.

14.9 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de

membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

14.10 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

14.10.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no item anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

14.10.2 - No ato da assinatura do termo de contrato/retirada da Nota de Empenho a contratada será cientificada quanto aos termos do Código de Ética da Justiça Federal da 2ª Região, instituído pela Resolução nº 21 – TRF2, de 16/12/2024.

14.11- GARANTIA CONTRATUAL

14.11.1 – Na hipótese de exigência de prestação de garantia contratual, que constará, se for o caso, da minuta do termo de contrato, a Contratada ficará obrigada a apresentar a garantia no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser firmado, seja qual for a modalidade escolhida dentre as previstas no §1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

14.11.1.1- A garantia mencionada no item anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

14.11.1.2 - Na hipótese de opção por seguro-garantia, deverá ser apresentada a respectiva Apólice no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do §3º, do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021.

14.11.1.3 - Em caso de contrato com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subseqüentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação do percentual previsto no subitem 14.11.1.

14.11.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

14.11.2.1 - Prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento;

14.11.2.2 - Multas aplicadas pela fiscalização à Contratada;

14.11.2.3 - Prejuízos diretos causados ao Contratante decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;

14.11.2.4- Obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível.

14.11.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de **0,1%** do **valor mensal** do contrato por dia de atraso, até o máximo de **2%**;

14.11.4- O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza ao TRF - 2ª Região a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

14.11.4.1 - O bloqueio efetuado com base no subitem 14.11.4 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada;

14.11.4.2 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no subitem 14.11.4 desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida

pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.11.5 - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.11.6- O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF - 2ª Região com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

14.11.7- A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, sendo atualizada monetariamente quando em dinheiro.

14.11.8 - Será considerada extinta a garantia:

14.11.8.1 - Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.11.8.2 - Com a extinção do contrato.

14.11.9 - O TRF - 2ª Região não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.11.9.1 -Caso fortuito ou força maior;

14.11.9.2 - Descumprimento das obrigações pela Contratada decorrentes de atos ou fatos praticados pelo TRF - 2ª Região;

14.11.9.3 - Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.11.9.4 - Atos ilícitos dolosos praticados por servidores do TRF - 2ª Região;

14.11.10 - Caberá ao TRF - 2ª Região apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 14.11.9.2 e 14.11.9.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo administrativo.

15. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

15.1.1 - Provisoriamente - pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante o registro de recebimento do documento fiscal no Portal do SIGEO, quando verificada a conformidade dos serviços aos termos contratuais;

15.1.2 - Definitivamente - por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

15.2 - Os termos serão emitidos pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designados na forma estabelecida no subitem 15.5 deste edital, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.

15.3 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

15.3.1 - Na hipótese de fornecimento de materiais, o recebimento provisório ou definitivo não excluirá, ainda, a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF 2ª Região, o objeto deste

Edital, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

15.3.2 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram prestados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

15.4 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

15.5 - Após a celebração do contrato, o TRF - 2ª Região designará servidor(es) para exercer seu acompanhamento e fiscalização.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado após a conclusão dos serviços, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, da seguinte maneira:

16.1.1 - no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado;

16.1.2 - no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior ao limite estabelecido do art. 75, II da Lei 14.133/21 devidamente atualizado;

16.1.3 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

16.1.4 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;

16.1.5 - Para fins do disposto nos subitens 16.1.1 ou 16.1.2, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

16.2 - O documento fiscal deverá ser obrigatoriamente registrado no Portal do SIGEO - JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento.

16.2.1 - A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos Fiscais (Notas Fiscais). Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

16.2.2 - Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a contratada terá acesso ao link do SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

16.2.3 - O documento - Relatório mensal dos serviços executados- deverá ser enviado ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br:

16.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação encaminhando declaração por meio de endereço eletrônico notafiscal@trf2.jus.br.

16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas instruções normativas posteriores.

16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da

aplicação das penalidades contratualmente previstas.

16.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.6 – No caso de documento fiscal apresentado com erro a Contratada será notificada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado nos subitens 16.1.1 ou 16.1.2, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

16.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

17 - DAS SANÇÕES

17.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

17.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.1.5 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

17.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

17.2.1 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.2 - Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

17.2.3 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 17.1.8, 17.1.9, 17.1.10, 17.1.11 e 17.1.12 acima, bem como nos subitens 17.1.2, 17.1.3, 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6 e 17.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 17.2.2.

17.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.2.4 - Multa:

17.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

17.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

17.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

17.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

17.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

17.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.

17.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

17.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

17.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

17.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.5.1 - Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante ou contratada, em decorrência de conduta vedada neste Pregão ou de eventuais descumprimentos contratuais, as comunicações e intimações à licitante ou contratada, com fundamento no § 3º do art. 26 da Lei nº 9.784/1999, serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) fornecido pela empresa ou cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

17.5.2 – As comunicações e intimações serão encaminhadas aos licitantes, adjudicatários, contratados e demais interessados, por meio eletrônico, mediante envio ao endereço de e-mail por eles informado ou constante do cadastro da empresa no SICAF, devendo o comprovante de envio e/ou confirmação de recebimento ser juntado aos autos.

17.5.3 – Para os fins do subitem 17.5.2, consideram-se meios de comprovação do recebimento:

- a) a manifestação eletrônica do intimado acusando o recebimento da comunicação;
- b) o protocolo automático de entrega e/ou leitura da mensagem eletrônica;
- c) a certidão lavrada por servidor da Justiça, atestando a confirmação do recebimento da notificação pelo intimado ou por seu preposto designado para acompanhamento do contrato, da qual constem o nome e a função do servidor, bem como a data e o horário do contato realizado.

17.5.4 - Não sendo possível a utilização do meio eletrônico, a comunicação será realizada pela via postal, através de Carta Registrada com aviso de recebimento, ou, em último caso, por intermédio de publicação no Diário Oficial da União, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o intimado se encontrar.

17.5.5 - Compete exclusivamente aos licitantes, adjudicatários, contratados e demais interessados:

- a) manter atualizados, junto ao TRF 2ª Região, os respectivos endereços, inclusive eletrônicos (e-mail), durante todo o procedimento licitatório e a vigência contratual;
- b) confirmar o recebimento de mensagens provenientes do TRF 2ª Região.

17.5.6 - O TRF 2ª Região reserva-se ao direito de considerar válidas comunicações enviadas a licitantes, adjudicatários, contratados e quaisquer outros interessados pelos endereços, inclusive eletrônicos, registrados nos autos ou no SICAF.

17.5.7 - Os licitantes, adjudicatários, contratados e demais interessados não poderão alegar desconhecimento do recebimento das comunicações e intimações por meio eletrônico como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou de eventuais sanções aplicadas.

17.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

17.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

17.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18- DO REAJUSTE

18.1 - Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com os artigos 25, § 7º e 92, inciso V, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

18.2 - O reajustamento dos preços será feito com base na variação do IPCA calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = (I - I_0 / I_0) \times P$$

Onde:

R = Reajuste

I = Nº índice da data do reajuste

I₀ = Nº índice da data do orçamento estimado pela Administração ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

18.3 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.

18.4 - Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.

19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 111 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

19.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

19.3 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

19.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: www.trf2.jus.br, opção "transparência e Prestação de Contas / gestão das

contratações e aquisições / licitações e contratos / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;

19.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133/2021;

19.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

19.4 - O contrato decorrente do presente Pregão poderá ser alterado, observadas as disposições insertas nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021:

19.4.1 - A Contratada será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços e nas compras, sendo que, no caso de reforma de edifício ou de equipamentos, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

19.4.2 - As alterações unilaterais a que se refere o subitem 19.4.1 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

19.5 - Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) que decidirá com base na legislação vigente.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA SOARES ALVES**, Assessora em exercício, em 19/05/2026, às 13:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1773870** e o código CRC **845313A6**.

TERMO DE REFERÊNCIA TRF2 1776258

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.1.1. OBJETO

1.1.1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistemas de UPS (Uninterruptible Power Supply)/nobreaks, destinados ao fornecimento de energia elétrica estabilizada e ininterrupta às cargas críticas da sala-cofre do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e às cargas críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.1.2. DESCRIÇÃO DO SERVIÇO

1.1.2.1. A CONTRATADA deverá executar o fornecimento e instalação dos equipamentos, bem como os serviços conforme discriminados na Tabela 1 a seguir, sendo prestados parte no Edifício Sede do TRF2, sito à Rua Acre, nº 80, e parte no imóvel localizado à Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, ambos no Centro do Rio de Janeiro/RJ, compreendendo todas as atividades necessárias à perfeita implantação, integração, comissionamento e operacionalização dos sistemas.

Tabela 1 - Especificação e quantificação dos serviços.

N	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE
1	Gabinete UPS 105 kVA.	Unid.	4
2	Módulo UPS 15 kVA.	Unid.	32
3	Gabinete de Baterias – Autonomia 10 min em 50% de carga	Unid.	4
4	Desligamento, desinstalação, remoção de UPS e baterias, incluindo destinação final das baterias.	Unid.	1
5	Teste funcional dos nobreaks e bancos de baterias com fornecimento de mão de obra e materiais necessários.	Unid.	1
6	Nobreak 3kVA para rack 2U, com baterias e comunicação SNMP.	Unid.	4

1.1.2.2. As soluções deverão assegurar elevada confiabilidade, disponibilidade e qualidade da energia elétrica fornecida, bem como plena compatibilidade com a infraestrutura elétrica existente em cada edificação, atendendo às normas técnicas vigentes e aos requisitos operacionais definidos neste Termo de Referência e no documento de Especificações Técnicas.

1.1.2.3. Em relação ao sistema de nobreaks para atendimento à sala-cofre do Tribunal, este deverá ser concebido em arquitetura modular, com paralelismo redundante entre os módulos de potência, e organizado em duas linhas elétricas independentes e redundantes (X e Y), cada qual atendida por dois gabinetes de UPS, de modo a assegurar elevada disponibilidade, tolerância a falhas, continuidade do fornecimento de energia elétrica às cargas críticas e possibilidade de manutenção sem interrupção, sendo compatível com ambientes de missão crítica e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e as boas práticas do setor.

1.1.2.4. Considerando que a tensão de alimentação, seja da sala-cofre do Tribunal e dos equipamentos nela instalados, quanto das cargas do prédio da Visconde de Inhaúma, é de 220/127 V, as tensões de entrada e de

saída dos dispositivos e sistemas a serem fornecidos deverão ser plenamente compatíveis com esse padrão, não sendo admitido o fornecimento de equipamentos em tensão distinta com adaptação por meio de transformadores, autotransformadores, conversores ou quaisquer outros dispositivos intermediários de adequação de tensão.

1.1.2.5. Visto que a sala-cofre do Tribunal se encontra no 11º andar do prédio, assim como a sala destinada à instalação do sistema de UPS, a contratada deve fornecer durante a execução dos serviços toda a logística necessária para viabilizar a instalação dos equipamentos no local mencionado, sem ônus para o contratante.

1.1.3. FORMA DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

1.1.3.1. Os serviços serão realizados de modo a não interferir no desenvolvimento das atividades cotidianas deste Tribunal. Os serviços que produzam ruídos ou odores fortes deverão ser executados fora do horário de expediente do TRF2.

1.1.3.2. A CONTRATADA deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de fabricação compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

1.1.3.3. A CONTRATADA deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios sejam novos, de alto grau de qualidade, em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis, estar na linha de produção do fabricante e com garantia de não serem descontinuados por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos após o seu fornecimento, e que entrarão em operação em plenas condições de funcionamento.

1.1.3.4. A CONTRATADA deverá garantir que serão prontamente reparados e substituídos, a sua própria custa, todos os serviços e equipamentos ou componentes de sistemas que acusarem defeitos ou quaisquer anormalidades no funcionamento durante o período de garantia.

1.1.3.5. A CONTRATADA deverá fornecer, instalar, integrar e configurar os sistemas de UPS (nobreaks) destinados ao atendimento das cargas críticas do Tribunal, compreendendo:

1.1.3.5.1. Sistema de UPS da sala-cofre do edifício-sede do TRF2, composto por múltiplos gabinetes de UPS operando em paralelismo redundante, com redundância em nível de módulos de potência e em nível de gabinetes, dotados de características de *hot swap*, permitindo a troca e manutenção de módulos sob carga, sem interrupção do fornecimento de energia.

1.1.3.5.2. Sistemas de UPS destinados às cargas críticas do edifício do TRF2 localizado à Rua Visconde de Inhaúma, concebidos para o fornecimento de energia elétrica estabilizada e ininterrupta a equipamentos essenciais, observando o conceito básico de proteção, autonomia e condicionamento de energia, sem prejuízo da continuidade dos serviços administrativos.

1.1.3.6. No caso da sala-cofre, os sistemas de UPS deverão ser instalados em substituição aos equipamentos existentes, de forma a restabelecer e assegurar a arquitetura elétrica redundante das linhas X e Y, garantindo a continuidade do fornecimento às cargas críticas.

1.1.3.7. A alimentação dos sistemas de UPS sairão de quadros existentes, devidamente dimensionados e providos com as devidas proteções. Os quadros e respectivas proteções serão disponibilizados pelo CONTRATANTE.

1.1.3.8. Caberá à CONTRATADA, no âmbito da sala-cofre, o fornecimento, instalação e conexão dos cabos de interligação necessários ao paralelismo entre os gabinetes de UPS, quando aplicável, bem como todos os componentes indispensáveis ao correto funcionamento do sistema como um conjunto integrado.

1.1.3.9. Para os sistemas de UPS da Rua Visconde de Inhaúma, a CONTRATADA deverá fornecer e instalar os equipamentos necessários ao atendimento das cargas críticas identificadas, incluindo a integração aos quadros elétricos existentes, dispositivos de proteção, manobra e *bypass*, observadas as características do ambiente e as recomendações do fabricante.

1.1.3.10. A CONTRATADA deverá fornecer o cabeamento entre o quadro e o sistema de UPS, caso necessário, bem como aquele de interligação entre gabinetes.

1.1.3.10.1. As interligações elétricas deverão ser devidamente dimensionadas, compatíveis com a potência nominal dos equipamentos e em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as recomendações do fabricante.

1.1.3.10.2. O cabeamento eventualmente necessário deverá ser do tipo EPR, com isolamento de 0,6/1,0 kV, temperatura de operação de 90 °C, com seção transversal adequada às correntes envolvidas, sendo seu fornecimento, lançamento e conexão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

1.1.3.11. O quadro de manobra e proteção deverá ser provido de disjuntores em caixa moldada regulável e chaves seccionadoras para manobra e *bypass*.

1.1.3.12. A CONTRATADA deverá realizar o comissionamento e o startup de todos os sistemas de UPS fornecidos, tanto para a sala-cofre quanto para o edifício da Rua Visconde de Inhaúma.

1.1.3.12.1. O comissionamento compreenderá a verificação da instalação elétrica, do correto funcionamento dos equipamentos, baterias, dispositivos de proteção, alarmes e interfaces de monitoramento, conforme aplicável a cada ambiente.

1.1.3.12.2. O startup consistirá no correto ajuste das parametrizações dos sistemas de UPS, em nível de hardware e software, de acordo com as características operacionais de cada local e com as cargas críticas atendidas.

1.2. PRAZO DE VIGÊNCIA/PRAZO DE ENTREGA

1.2.1. O prazo de entrega de todos os equipamentos será de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) dias corridos a contar do primeiro dia útil subsequente à data da Ordem de Início dos Serviços.

1.2.2. O prazo de execução dos serviços será de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos a contar do primeiro dia subsequente à data da entrega de todos os equipamentos.

1.2.3. São condições para emissão da Ordem de Início dos Serviços:

1.2.3.1. Apresentação da designação formal do Preposto.

1.2.3.2. Apresentação de ART junto ao CREA-RJ ou TRT junto ao CRT, referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado;

1.2.4. Os documentos supracitados deverão ser apresentados imprerivelmente em até 7 (sete) dias contados a partir da assinatura do contrato pelo CONTRATANTE.

1.3. PRAZO DE GARANTIA/PRAZO DE VALIDADE

1.3.1. O prazo de garantia será de, no mínimo, 1 (um) ano a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo, abrangendo peças, componentes, mão de obra, deslocamentos, fretes, tributos e quaisquer outros custos necessários à correção de falhas, sem ônus para o CONTRATANTE.

1.4. CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO PERÍODO DE GARANTIA

1.4.1. Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável por consertar, refazer, reparar ou substituir, às suas expensas, quaisquer equipamentos, módulos, placas, peças ou serviços que apresentem falhas, vícios, defeitos ou imperfeições, vedada a transferência de responsabilidade a terceiros, admitida a participação do fabricante.

1.4.2. A assistência técnica compreenderá a reparação e/ou substituição de peças, partes e componentes defeituosos por outros novos, originais ou homologados pelo fabricante, com especificações iguais ou superiores, incluindo todos os custos de mão de obra e transporte, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

1.4.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar canais de atendimento (telefone e correio eletrônico) para abertura de chamados técnicos, comunicando previamente ao CONTRATANTE quaisquer alterações.

1.4.4. O início do atendimento ao chamado técnico não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) horas, contadas da comunicação telefônica e/ou eletrônica, a qual poderá ocorrer 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.

1.4.4.1. Considera-se início de atendimento o contato para diagnóstico remoto do eventual problema.

1.4.5. Quando necessária intervenção presencial, a CONTRATADA deverá realizar o reparo na mesma oportunidade, adotando todas as medidas para restabelecer a operação com segurança e continuidade.

1.4.6. Durante o período de vigência da garantia, os serviços de assistência técnica para os objetos fornecidos deverão ser prestados por técnicos credenciados e pagos pela CONTRATADA, correndo por sua conta e responsabilidade o deslocamento destes técnicos aos locais onde estiverem instalados os objetos.

1.4.7. Iniciada a assistência técnica e não sendo possível a solução em até 2 (dois) dias úteis, a CONTRATADA deverá substituir imediatamente o equipamento, módulo, placa ou componente defeituoso por outro em pleno funcionamento, com características iguais ou superiores, sem ônus para o CONTRATANTE, permanecendo o item substituto em operação até a solução definitiva.

1.4.7.1. Fica vedado o reparo de placas de circuito impresso ou de componentes eletrônicos críticos que comprometam a confiabilidade do sistema de UPS que fornece energia a sistemas e serviços essenciais do Tribunal, salvo autorização expressa do CONTRATANTE e do fabricante.

1.4.8. Constatado dano irreparável ou inviabilidade econômica do conserto, a CONTRATADA deverá fornecer equipamento novo, em conformidade com as especificações técnicas contratadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contado da emissão do laudo técnico.

1.4.8.1. Presumir-se-á dano irreparável ou inviabilidade econômica quando a CONTRATADA não apresentar laudo técnico em até 20 (vinte) dias úteis a partir do início da assistência, hipótese em que a substituição por equipamento novo será obrigatória.

1.4.8.2. O equipamento substituto terá prazo de garantia integral renovado.

1.5. APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS – REGRAS

1.5.1. Não se aplica.

1.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.6.1. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

1.6.1.1. Registro de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), comprovando a habilitação na área de elétrica e o seu atual quadro de responsáveis técnicos.

1.6.1.2. Comprovação de capacidade técnica mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executou serviços de instalação de nobreaks com potência nominal mínima de 210 kW, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total a ser fornecida e instalada para atendimento à sala-cofre do Tribunal.

1.6.1.3. O(s) atestado(s) deverão conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação do declarante e de sua habilitação perante o Sistema CONFEA/CREA ou CFT/CRT, nome e CNPJ do contratante e da contratada, data de início e término dos serviços, local de execução e informação sobre o bom desempenho dos serviços.

1.6.1.4. Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

1.6.1.5. No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

1.6.1.6. Indicação do responsável técnico, dentre os arrolados na Certidão de Pessoa Jurídica apresentada, que será o detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART – CREA) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT – CFT) por todos os serviços a serem desenvolvidos.

1.6.1.7. O responsável técnico deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.

1.6.1.8. No caso de a empresa licitante e/ou responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou CRT do Estado do Rio de Janeiro, deverão ser providenciados os respectivos vistos desses órgãos regionais por ocasião da assinatura do Contrato.

1.6.1.9. Comprovação de que a empresa licitante possui assistência técnica autorizada pelo fabricante dos equipamentos ofertados, apta a prestar serviços de instalação, comissionamento e manutenção corretiva durante o período de garantia.

1.7. VISTORIA

1.7.1. A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

1.7.2. As visitas serão realizadas de segunda-feira a sexta-feira, das 12:00 às 17:00, devendo ser previamente agendadas pelos telefones (21) 2282-8233 ou (21) 2282-7752, ou pelo e-mail semaut@trf2.jus.br.

1.7.3. Tendo em vista a faculdade de realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições dos equipamentos ou eventuais dificuldades existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

1.7.4. Esta Vistoria é considerada suficiente para que a licitante conheça todos os aspectos pertencentes aos serviços a serem executados, como aspectos arquitetônicos do local, condições de carga e descarga,

dificuldades técnicas, bem como a confirmação de medidas.

1.8. METAS FÍSICAS

1.8.1. Fornecimento de energia elétrica estabilizada, ininterrupta e com níveis adequados de confiabilidade aos sistemas críticos instalados na sala-cofre do Tribunal, bem como às cargas críticas identificadas no edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma, de acordo com as características e o grau de criticidade de cada ambiente.

1.8.2. Garantia de continuidade da alimentação elétrica dos equipamentos de tecnologia da informação e comunicações em situações de falha ou oscilação da rede pública, assegurando a manutenção da operação por período compatível com os requisitos de ambientes de missão crítica.

1.8.3. Redução do risco de indisponibilidade e de danos a equipamentos sensíveis, por meio de proteção contra interrupções, variações de tensão, surtos e demais distúrbios elétricos.

1.9. LOCAL DE ENTREGA/LOCAL DE EXECUÇÃO

1.9.1. Os serviços serão executados no edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado na Rua Acre, nº 80, onde se encontra a sala-cofre do Tribunal, e no prédio da Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, ambos Centro, Rio de Janeiro / RJ.

1.9.2. Considerar que a sala-cofre do Tribunal se encontra no 11º andar do prédio, assim como a sala destinada à instalação do sistema de UPS.

1.10. CONDIÇÕES ESPECIAIS DE RECEBIMENTO

1.10.1. Não se aplica.

1.11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1.11.1. Nos trabalhos desenvolvidos nas dependências deste Tribunal, assegurar a integridade física, isenta de riscos, das instalações e equipamentos já existentes ou executados na edificação, providenciando, onde necessário, a embalagem dos mesmos. Ao final dos serviços a CONTRATADA deverá entregar os locais onde se desenvolveram os serviços devidamente limpos e recuperados.

1.11.2. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços ou materiais que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções. Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

1.11.3. Permitir o livre exercício da fiscalização credenciada pelo Tribunal. O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

1.11.4. Facilitar a inspeção dos materiais e serviços por parte da fiscalização, facultando a esta o acesso aos depósitos ou qualquer outra dependência que, direta ou indiretamente, se relacionem com o objeto do contrato.

1.11.5. Arcar com todas as despesas decorrentes de eventual execução dos trabalhos quer com insumos, quer com mão de obra, inclusive em horário extraordinário (diurno, noturno, domingos e feriados), inclusive com iluminação, instalações e equipamentos necessários à plena execução dos serviços contratados, bem como todos os testes e inspeções técnicas necessárias à aceitação e recebimento dos mesmos.

1.11.6. Responsabilizar-se pelo transporte horizontal e vertical dos materiais, equipamentos, ferramentas e funcionários necessários à execução dos serviços.

1.11.7. Fornecer toda mão de obra necessária à execução dos serviços, com experiência comprovada e devidamente capacitada, assim como adequadamente uniformizados e identificados por meio de crachás de identificação.

1.11.8. Responsabilizar-se por quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, que sobrevenham em prejuízo do CONTRATANTE ou de terceiros, reparando, ou quando isto for impossível, indenizando, sem quaisquer ônus para o Tribunal.

1.11.9. Oferecer na execução dos trabalhos a plena proteção contra riscos de acidentes (incluindo EPI's convencionais e demais materiais de segurança necessários), ao seu próprio pessoal e a terceiros, independente de transferência daqueles riscos às companhias ou institutos seguradores.

1.11.10. Cumprir e fazer cumprir todas as normas relativas à segurança e medicina do trabalho (tendo como referência as normas regulamentadoras do Ministério do trabalho), e diligenciar para que seus empregados trabalhem com equipamentos de proteção individual (EPI), adequados a todo e qualquer tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido.

1.11.11. Zelar pela higiene e segurança do seu depósito, banheiro e vestiário, devendo evitar o acúmulo de materiais combustíveis e inflamáveis. A área destinada ao depósito e acúmulo de materiais a serem descartados deverá permanecer limpa e arrumada ao longo da execução dos serviços, assim como o banheiro e vestiário utilizados pela mesma.

1.11.12. Providenciar, junto ao CREA ou ao CFT/CRT, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), conforme o caso, recolhendo a respectiva taxa, antes do início dos serviços. O responsável técnico constante do referido ART/TRT deverá acompanhar os serviços na medida necessária à garantia da qualidade.

1.11.13. Caso seja necessária a substituição do responsável técnico durante a vigência do contrato, a CONTRATADA comunicará, imediatamente e por escrito, ao gestor do contrato, bem como providenciará a apresentação de novo ART/TRT.

1.11.14. Adotar procedimento de destinação final ambientalmente adequado para os resíduos gerados nas atividades de instalação e manutenção, incluindo peças e componentes que eventualmente sejam substituídos.

1.11.15. Fornecer todos os equipamentos e dispositivos devidamente identificados por rótulos e/ou etiquetas do fabricante e/ou do importador, legíveis e permanentes, contendo, no mínimo, identificação do fabricante ou importador, modelo, número de série e data de fabricação. Para componentes com vida útil determinada, em especial baterias, deverão constar também informações de validade ou vida útil, quando aplicável. Não serão admitidos rótulos rasgados, descolados, danificados ou ilegíveis. A identificação deverá permitir a rastreabilidade, a verificação de conformidade com certificações exigidas, quando cabível, e o controle patrimonial e de garantia pelo TRF2.

1.11.16. Realizar a entrega, instalação, startup, parametrização e comissionamento de equipamentos novos, de linha atual de fabricação, sem uso anterior, com todos os acessórios, manuais e licenças necessárias ao perfeito funcionamento, assegurando sua integração com a infraestrutura elétrica existente da sala-cofre e atendendo integralmente às especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no documento de Especificações Técnicas, no Edital, no instrumento contratual e em seus anexos.

1.11.17. Prestar assistência técnica durante todo o período de garantia, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, incluindo fornecimento de peças, mão de obra, deslocamentos e quaisquer custos necessários à correção de falhas, sem ônus para o TRF2.

1.11.18. Responder integralmente pela qualidade, segurança e conformidade dos serviços executados e dos equipamentos fornecidos, nos termos da legislação aplicável.

1.11.19. Respeitar a legislação vigente e observar as normas técnicas aplicáveis, em especial aquelas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), garantindo o atendimento aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, desempenho e acessibilidade dos serviços, inclusive apresentando as certificações necessárias dos equipamentos e sistemas fornecidos e instalados.

1.11.20. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deverá responder pela fiel execução do contrato, bem como estar sempre disponível a responder por quaisquer atividades inerentes ao contrato a partir de número de telefone celular para contato.

1.11.21. Atender prontamente a quaisquer orientações e exigências da fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

1.11.22. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do instrumento contratual, de tudo dando ciência ao CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.

1.11.23. Fornecer documentação técnica completa, incluindo manuais, diagramas, registros de parametrização, relatórios de comissionamento e garantias.

1.11.24. Realizar treinamento operacional dos servidores indicados pelo TRF2, conforme previsto neste Termo de Referência.

1.12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1.12.1. Fornecer todas as informações necessárias para a execução do serviço, quando solicitadas e pertinentes.

1.12.2. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da CONTRATADA, devidamente uniformizados e identificados, às dependências do CONTRATANTE.

1.12.3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

- 1.12.4. Disponibilizar área para guarda de ferramental e armazenamento dos materiais utilizados durante a execução dos serviços, bem como local para ser usado como vestiário, caso necessário.
- 1.12.5. Designar gestor e fiscais do contrato, responsáveis pelo acompanhamento da execução, pela validação das etapas de entrega, instalação e comissionamento e pelo registro de ocorrências.
- 1.12.6. Acompanhar e coordenar, através da área fiscalizadora do contrato, a execução do objeto pela CONTRATADA, efetuando os registros das ocorrências constatadas.
- 1.12.7. Notificar a empresa CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
- 1.12.8. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.
- 1.12.9. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas.
- 1.12.10. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

1.13. CÓDIGO SIASG

- 1.13.1. Código 2658 (CATSER – MANUTENÇÃO/INSTALAÇÃO – NOBREAK).

1.14. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

- 1.14.1. Não se aplica.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), localizado à Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ, conta com uma sala-cofre, inaugurada em março de 2013, a qual integra a infraestrutura de segurança física e lógica destinada à proteção de equipamentos, sistemas e dados críticos da Instituição.
- 2.2. Para assegurar a operação contínua desse ambiente, é indispensável a manutenção de fornecimento de energia elétrica estável, redundante e protegida contra variações e interrupções, a fim de garantir a disponibilidade dos serviços e a integridade dos ativos tecnológicos instalados.
- 2.3. Para tanto, o fornecimento de energia elétrica aos equipamentos da sala-cofre é realizado por meio de dois conjuntos (linhas X e Y) de UPS (Uninterruptible Power Supply), também denominados nobreaks, dispositivos que, a partir de bancos de baterias e de sistemas de conversão e condicionamento de energia, asseguram alimentação contínua e estabilizada em caso de oscilações, quedas ou interrupções no suprimento da concessionária, evitando desligamentos abruptos dos equipamentos e garantindo tempo hábil para a atuação de sistemas de contingência.
- 2.4. Considerando a ocorrência de um sinistro no UPS que atende à linha X da sala-cofre, ocorrida em setembro de 2025, com a queima total do equipamento e perda de sua funcionalidade, após uma ocorrência na rede elétrica da concessionária e falha na entrada dos sistema de geração de emergência, faz-se necessária a presente contratação a fim de restabelecer as condições adequadas de fornecimento de energia elétrica ao ambiente, a fim de evitar a exposição do TRF2 a riscos relevantes, tais como interrupções inesperadas dos serviços, indisponibilidade de sistemas essenciais, danos a equipamentos, perda ou corrupção de dados e comprometimento da continuidade operacional e da segurança da informação.
- 2.5. O Tribunal conta, adicionalmente, com o prédio localizado à Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, Centro, Rio de Janeiro/RJ, imóvel de três pavimentos destinado à execução de atividades administrativas e de apoio institucional às atividades finalísticas do TRF2, abrigando unidades administrativas estratégicas, como a Secretaria de Atividades Administrativas (SAT), a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPO), entre outros setores de suporte.
- 2.6. As atividades desenvolvidas nesse endereço dependem diretamente da disponibilidade contínua de energia elétrica para estações de trabalho, equipamentos de rede, sistemas corporativos e demais ativos tecnológicos de apoio, os quais são essenciais ao funcionamento regular das rotinas administrativas, financeiras, orçamentárias e de gestão institucional do Tribunal.
- 2.7. Verifica-se que parte da infraestrutura instalada no prédio da Rua Visconde de Inhaúma não dispõe de soluções adequadas de proteção e condicionamento de energia elétrica, encontrando-se suscetível a oscilações, quedas momentâneas e interrupções de curta duração no fornecimento, situações que podem resultar em indisponibilidade de sistemas, danos a equipamentos, perda de informações e prejuízos à continuidade das atividades administrativas.
- 2.8. Nesse contexto, a presente contratação contempla, além da recomposição da infraestrutura de UPS da sala-cofre da Rua Acre, a aquisição de nobreaks de menor porte, devidamente dimensionados para atender às cargas críticas do prédio da Rua Visconde de Inhaúma, com o objetivo de mitigar riscos operacionais e

tecnológicos, assegurar a proteção dos equipamentos eletroeletrônicos, e garantir níveis mínimos de continuidade das atividades administrativas essenciais, em consonância com as boas práticas de gestão de riscos, continuidade de negócios e governança de tecnologia da informação no âmbito da Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

3.1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de nobreaks destinados ao sistema de fornecimento de energia elétrica estabilizada para a sala-cofre do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como para o atendimento das cargas críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma.

3.1.2. O detalhamento, as especificações e os quantitativos, encontram-se dispostos no item 1.1. deste Termo de Referência.

3.2. CICLO DE VIDA

3.2.1. A solução foi definida considerando seu ciclo de vida como um todo, a partir da análise geral realizada nos estudos preliminares, onde foram identificados os requisitos inerentes à forma de execução do serviço, validade dos materiais envolvidos, quantitativos necessários e as especificações técnicas com vistas à consecução do objeto proposto.

3.2.2. Foram observadas as seguintes etapas do ciclo de vida do serviço:

3.2.2.1. Contratação:

3.2.2.1.1. Será efetuada por meio de pregão eletrônico, uma vez que, a solução apontada é tecnicamente viável e em virtude da existência de empresas no mercado que viabilizam o certame.

3.2.2.2. Preparação:

3.2.2.2.1. A empresa deverá designar formalmente o preposto, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao contrato, informando o nome e telefone de contato.

3.2.2.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar a relação dos funcionários que irão executar os serviços no prédio, indicando nome e nº de cadastro de pessoa física (CPF), para que seja autorizado seu acesso ao prédio junto ao setor de segurança.

3.2.2.2.3. Será definido, junto ao setor responsável pelo contrato, local para guarda de materiais, equipamentos e ferramentas, bem como local e horário para carga e descarga de materiais.

3.2.2.2.4. A CONTRATADA deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue ao setor de segurança ao dar entrada no Tribunal, para posterior conferência na saída. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza do Tribunal, salvo quando houver autorização expressa do Diretor competente.

3.2.2.2.5. Não há necessidade de instalações e montagens especiais visto que o prédio do TRF2 possui depósitos e vestiários disponíveis.

3.2.2.3. Execução do Serviço:

3.2.2.3.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços de acordo com as especificações técnicas descritas no item 1.1 deste Termo, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, pormenorizadas nos tópicos “Habilitação Técnica” e “Obrigações da Contratada”.

3.2.2.3.2. A CONTRATADA deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de execução compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

3.2.2.3.3. Os serviços serão realizados preferencialmente no período diurno das 6h às 17h. Nesse intervalo de tempo, a partir das 11h, os serviços que produzam ruídos ou odores fortes, que prejudiquem o desenvolvimento das atividades cotidianas deste Tribunal não poderão ser executados, devendo ter a sua execução planejada para o intervalo de tempo compreendido entre 6h e 11h.

3.2.2.3.4. A CONTRATADA deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios utilizados para a execução do serviço sejam novos e de alto grau de qualidade (inclusive os serviços), em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis.

3.2.2.3.5. As áreas de trabalho, bem como, o depósito e o vestiário disponibilizados para a empresa, deverão ser mantidos limpos durante toda a execução dos serviços.

3.2.2.4. Fiscalização

3.2.2.4.1. O CONTRATANTE designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do serviço conforme descrito no item 6 deste Termo.

3.2.2.5. Descarte

3.2.2.5.1. A CONTRATADA deverá efetuar a logística reversa de bancos de baterias atualmente instalados no TRF2 de sua propriedade que sejam substituídas/descartadas.

3.2.2.5.2. A CONTRATADA deverá fornecer todas as informações necessárias para a elaboração do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) de acordo com a resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro.

3.2.2.5.3. Após o recolhimento das baterias, a CONTRATADA deverá fornecer ao TRF2 o Certificado de Destinação Final (CDF), sendo a sua entrega condição indispensável para o atesto da nota fiscal.

3.2.2.6. Conclusão e Aceitação do Serviço:

3.2.2.6.1. Ao término dos serviços deverá ser procedida a limpeza final dos ambientes com a remoção cuidadosa de todas as manchas com produtos e técnicas apropriadas, dispensando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nos revestimentos, vidros e pedras. Os custos referentes às operações de limpeza dos ambientes deverão estar contemplados nos valores apresentados para a execução dos respectivos serviços.

3.2.2.6.2. Concluído o serviço, a CONTRATADA deverá providenciar a remoção de quaisquer entulhos e/ou detritos acumulados no local.

3.2.2.6.3. O eventual descarte de detritos e/ou entulhos deverá ser efetuado de acordo com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

3.2.2.6.4. A aceitação dos serviços se dará após a conferência final do gestor ou comissão gestora do contrato, assegurando que todos os termos e condições do contrato foram cumpridos e que quaisquer responsabilidades ou obrigações remanescentes foram adequadamente executadas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

4.1.1. Os materiais deverão ser entregues e os serviços associados deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas e deverão atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação descritas neste Termo de Referência e no documento de Especificações Técnicas.

4.1.2. Não serão aceitos materiais cujas embalagens tenham evidências de terem sofrido danos. Os produtos que apresentarem desconformidade com o padrão exigido, defeito ou embalagem violada, deverão ser substituídos pelo fornecedor sem qualquer ônus para o contratante.

4.1.3. Os produtos cotados deverão ser novos e de primeira qualidade.

4.1.4. Todos os produtos deverão conter rótulos e/ou etiquetas com as seguintes informações: data de fabricação, prazo de validade, número do lote do produto, nome do fabricante ou importador. Os rótulos não podem estar rasgados, descolados das embalagens, manchados ou com letras ilegíveis.

4.1.5. Para os produtos que assim o exigirem, a empresa deverá apresentar certificação e/ou, estar em consonância com o Sistema Brasileiro de Certificação, cada um no respectivo órgão competente (ex.: ABNT, INMETRO).

4.1.6. A CONTRATADA deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade do serviço prestado.

4.1.7. A CONTRATADA deverá prestar os serviços objeto do presente estudo dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo Contratante, com a observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação, assim como, observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

4.1.8. A CONTRATADA deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços.

4.1.9. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de segurança necessários para a adequada execução de serviços, conforme o art. 6º, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de

janeiro de 2010 e a Portaria MTP nº 2.175, de 28 de julho de 2022, que regulamenta a NR 06 sobre equipamentos de proteção individual.

4.1.10. A contratada deverá fornecer documentação técnica completa, incluindo manuais, diagramas elétricos, procedimentos de operação e manutenção, provendo treinamento da equipe técnica do Tribunal para operação básica, monitoramento e procedimentos de contingência.

4.1.11. O sistema de UPS/nobreaks deverá possuir características técnicas compatíveis com a criticidade das cargas atendidas, assegurando fornecimento de energia contínuo, estabilizado e livre de interrupções, inclusive durante variações de tensão, de curta ou longa duração, e outras falhas no fornecimento da concessionária.

4.1.12. Os equipamentos deverão permitir integração plena com a infraestrutura elétrica existente, incluindo quadros de distribuição, sistemas de geração de emergência e demais sistemas associados, sem necessidade de adaptações que comprometam a segurança, a confiabilidade ou a integridade do ambiente.

4.1.13. A contratada deverá realizar a instalação, parametrização, comissionamento e testes operacionais dos sistemas de UPS/nobreaks, incluindo testes de carga, testes de autonomia e testes de comutação, com emissão de relatório técnico para fins de aceitação pelo Contratante.

4.1.14. Sempre que aplicável, os sistemas de UPS/nobreaks deverão dispor de recursos de monitoramento e supervisão, possibilitando o acompanhamento de parâmetros operacionais, alarmes e eventos, de forma a subsidiar ações preventivas e corretivas.

4.1.15. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

4.2.1. Todos os elementos discriminados no Termo de Referência, no que tange à composição, execução, instalação e ao armazenamento de suas respectivas embalagens, devem ser, no que couber, condizentes com as disposições estabelecidas no artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

4.2.2. Os produtos deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, confeccionadas com materiais recicláveis e resistentes, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, e posterior descarte.

4.2.3. A CONTRATADA deverá optar preferencialmente pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.4. Deve ser evitada a utilização de máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

4.2.5. A CONTRATADA deverá adotar práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.2.6. A CONTRATADA deverá observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, respeitando a Logística Reversa de Resíduos Sólidos determinada na Lei Nº 12.305/2010.

4.2.7. A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao TRF2 em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas ao produto objeto do presente Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (RESULTADOS ESPERADOS)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS

5.1.1. Fornecimento de energia elétrica estabilizada, ininterrupta e com níveis adequados de confiabilidade aos sistemas críticos instalados na sala-cofre do Tribunal, bem como às cargas críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma, assegurando proteção compatível com a criticidade de cada ambiente.

5.1.2. Garantia de continuidade da alimentação elétrica dos equipamentos de tecnologia da informação e comunicações em situações de falha ou oscilação da rede pública, assegurando a manutenção da operação por período compatível com os requisitos de ambientes de missão crítica e de suporte institucional.

5.1.3. Redução do risco de indisponibilidade e de danos a equipamentos sensíveis, por meio de proteção contra interrupções, variações de tensão, surtos e demais distúrbios elétricos.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS

- 5.2.1. Assegurar a continuidade dos serviços judiciais e administrativos prestados por esta Corte, em consonância com seus objetivos institucionais e metas estratégicas.
- 5.2.2. Fortalecimento da segurança da informação, da integridade dos dados e da confiabilidade da infraestrutura tecnológica que sustenta os sistemas corporativos do Tribunal.
- 5.2.3. Redução de custos associados a falhas de equipamentos, manutenções emergenciais e paralisações de serviços, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.
- 5.2.4. Melhoria da qualidade da prestação jurisdicional à sociedade, por meio da maior disponibilidade dos sistemas informatizados e da estabilidade da operação institucional.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O CONTRATANTE designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do contrato oriundo do certame licitatório. São atribuições da Fiscalização:
 - 6.1.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas.
 - 6.1.2. Solicitar à CONTRATADA e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações.
 - 6.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
 - 6.1.4. Propor a aplicação de penalidades à CONTRATADA e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas.
 - 6.1.5. Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento.
 - 6.1.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará a entrega do material para evitar que a CONTRATADA deixe de produzir os resultados, deixe de executar, ou execute com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixe de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 6.2. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. As condições de pagamento encontram-se detalhadas no título DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO do Edital ou do Aviso de Dispensa/Inexigibilidade.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Critério de seleção do fornecedor: Menor preço.

Modalidade: constará no Edital ou Aviso da Dispensa/Inexigibilidade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado da contratação constará de documento anexo ao Edital.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID 121032026000302 da PO 2026.

11. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

- 11.1. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da CONTRATADA com base nas obrigações e forma de execução, descritas neste Termo. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR), o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento.
- 11.2. O não atendimento aos critérios estabelecidos no IMR, apurado em qualquer das etapas de execução contratual, ensejará a aplicação de glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas no Edital, no contrato e na legislação vigente.
- 11.3. Ocorrerá, ainda, a retenção ou glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a

qualidade mínima exigida as atividades contratadas. A aplicação do percentual de redução do valor a ser faturado por não atendimento do IMR obedecerá às Tabelas 2 e 3 a seguir.

11.4. A aplicação dos percentuais de redução do valor a ser faturado, decorrentes do não atendimento ao IMR, poderá ser cumulativa quando constatadas múltiplas ocorrências distintas na mesma etapa de execução, ficando, contudo, limitada ao percentual máximo de 5% (cinco por cento) do valor da medição ou da parcela contratual correspondente, independentemente do número de ocorrências verificadas no período.

Tabela 2 - Percentuais de glosa na aplicação do IMR.

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor do contrato
2	1,0% sobre o valor do contrato
3	1,5% sobre o valor do contrato
4	2,0% sobre o valor do contrato
5	3,0% sobre o valor do contrato

Tabela 3 - Fatos-geradores da aplicação de glosa associada ao IMR.

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, a execução do serviço.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços.	3
4	Deixar de acusar o recebimento de mensagens eletrônicas do gestor do contrato no prazo máximo de 24hs, a partir do envio da mesma.	4
5	Recusar-se a executar serviço constante no objeto contratual, determinado pela fiscalização.	2
6	Retirar funcionários durante a execução do serviço, sem a anuência prévia do CONTRATANTE.	3
7	Subdimensionar a proporção adequada de pessoal, causando transtornos ao Tribunal devido à demora na execução de seus serviços.	3
8	Providenciar equipe de trabalho, sem estar devidamente uniformizada e/ou sem os EPI's necessários.	4
9	Deixar de informar por escrito a relação dos responsáveis pelo contrato e seus telefones de contato possibilitando a solução de ocorrências previstas e imprevistas.	2
10	Deixar de fornecer materiais, ferramentas e equipamentos em conformidade com as cláusulas contratuais, e em quantidade suficiente para a execução do serviço dentro do prazo contratual	2
11	Negar a refazer serviço não aprovado pelo(a) Gestor(a) do contrato.	3
12	Deixar de realizar os serviços no prazo contratual, sem justificativa prévia.	5
13	Deixar de apresentar ART ou TRT, antes do início dos serviços, em até 07 (sete) dias após o recebimento da nota de empenho ou assinatura do contrato.	5

12. ANÁLISE DE RISCOS

12.1. Vislumbram-se alguns riscos em curso na presente contratação. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangenciam o processo que permeia até a formalização da contratação.

Risco 1	Risco:	Atraso ou fracasso no processo de licitatório.		
	Probabilidade:	Média		
	Impacto:	Médio		
	Dano 1:	Manutenção prolongada de solução provisória ou obsoleta, elevando o risco de falhas no fornecimento de energia às cargas críticas.		
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Elaboração do planejamento da contratação consultando soluções similares em outros órgãos.		Setor demandante
	2	Definição dos critérios de seleção de fornecedores com respaldo na jurisprudência dos órgãos de controle.		Setor demandante
	3	Elaboração de ETP e Termo de Referência com escopo claro, requisitos objetivos e critérios de julgamento bem definidos.		Setor demandante
	4	Estrita observância às recomendações da área jurídica do órgão/entidade.		Setor demandante
	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Alocação integral do setor demandante na resposta e mitigação das causas que originaram a suspensão do processo licitatório.		Direção Secretaria
	2	Mitigação e eliminação das causas que obstruem o processo licitatório.		Administração TRF2
	3	Revisar e republicar o certame, se necessário.		Setor de licitações

Risco 2	Risco:	Especificação insuficiente para o material.		
	Probabilidade:	Baixa		
	Impacto:	Alto		
	Dano 1:	Serviços executados de forma que não abrangem todas as necessidades institucionais, comprometendo confiabilidade e desempenho.		
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Revisão de cada cláusula de obrigações da CONTRATADA e forma de prestação do serviço comparando com contratações similares históricas.		Setor demandante
	2	Validação técnica prévia do Termo de Referência, com base em normas, boas práticas e contratações similares.		Setor demandante
	Id	Ação de Contingência		Responsável

	1	Estudar o grau de insuficiência e refletir sobre a vantajosidade na rescisão contratual e abertura de novo processo de contratação.	Equipe de fiscalização

Risco 3	Risco:	Fornecimento de equipamentos incompatíveis com a infraestrutura existente.		
	Probabilidade:	Baixa		
	Impacto:	Alto		
	Dano 1:	Necessidade de adequações não previstas ou impossibilidade de integração plena dos UPS à infraestrutura elétrica existente.		
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Levantamento prévio das condições elétricas e exigência de compatibilidade técnica explícita no TR.		Setor demandante
	2	Exigir documentação técnica detalhada dos equipamentos propostos.		Equipe de fiscalização
	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Determinar substituição dos equipamentos ou adequações às despesas da CONTRATADA.		Equipe de fiscalização

Risco 4	Risco:	Atraso na entrega, instalação ou comissionamento.		
	Probabilidade:	Média		
	Impacto:	Médio		
	Dano 1:	Prorrogação do período de exposição das cargas críticas a soluções antigas ou de menor confiabilidade.		
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Definição de cronograma físico-financeiro detalhado.		Setor demandante
	2	Acompanhamento sistemático da execução contratual.		Equipe de fiscalização
	Id	Ação de Contingência		Responsável
	1	Aplicação de glosas, penalidades e reprogramação do cronograma.		Gestor do contrato

Risco 5	Risco:	Execução inadequada dos serviços de instalação e comissionamento.		
----------------	---------------	---	--	--

	Probabilidade:		Baixa
	Impacto:		Alto
	Dano 1:		Funcionamento inadequado do sistema de UPS, com perda de desempenho, confiabilidade ou redundância esperada.
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Prever testes de aceitação e comissionamento completos.	Setor demandante
	2	Exigir equipe técnica qualificada, ART/TRT e procedimentos formais de instalação e testes.	Equipe de fiscalização
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Determinar correções imediatas e reaplicação dos testes de comissionamento.	Equipe de fiscalização
	2	Aplicação de glosas e penalidades à CONTRATADA.	Gestor do contrato

Risco 6	Risco:		Falhas pós-implantação durante o período de garantia
	Probabilidade:		Baixa
	Impacto:		Alto
	Dano 1:		Indisponibilidade parcial do sistema de energia estabilizada e necessidade de intervenções corretivas.
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Exigir garantia mínima, suporte técnico e prazos de atendimento definidos.	Setor demandante
	2	Prever cláusulas claras de responsabilidade da CONTRATADA.	Setor demandante Setor de contratos
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Acionamento imediato da garantia e aplicação das penalidades contratuais, se cabível.	Gestor do contrato

PROBABILIDADE DE	ALTA		Risco 1 Risco 4	
	MÉDIA			

OCORRÊNCIA	BAIXA			Risco 2 Risco 3 Risco 5 Risco 6
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
	GRAVIDADE /IMPACTO			

13. ANEXOS

13.1. Os anexos ao presente termo constarão no Edital do Pregão ou da Dispensa/Inexigibilidade.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES**, Supervisor, em 15/05/2026, às 12:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1776258** e o código CRC **FCF873F4**.

ANEXO – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS

1. NOBREAK 3kVA para rack 2U

1.1. Topologia / forma de onda

1.1.1. Tecnologia: on-line de dupla conversão (true online).

1.1.2. Forma de onda: senoidal pura.

1.2. Potência nominal: 3 kVA / 2,7 kW (FP de saída 0,9).

1.3. Entrada

1.3.1. Tensão de entrada (tolerância): 60 a 145 VCA (com observação de derating abaixo).

1.3.2. Frequência de entrada (tolerância): 40 a 70 Hz.

1.3.3. Fator de potência na entrada: $\geq 0,99$ a 120 VCA.

1.3.4. Configuração indicada em fornecimento nacional: entrada 120 V (F+N+T).

1.4. Saída

1.4.1. Tensão de saída: 110 / 115 / 120 / 127 VCA (selecionável pelo usuário).

1.4.2. Regulação de tensão: $\pm 1\%$.

1.4.3. Frequência de saída: 50/60 Hz ± 3 Hz.

1.4.4. Distorção harmônica (THD) da senoide (normal/bateria):

1.4.4.1. $\leq 3\%$ para carga linear

1.4.4.2. $\leq 6\%$ para carga não linear

1.4.5. Fator de crista: 3:1.

1.4.6. Sobrecarga:

1.4.6.1. 105 a 110%: desligamento em 10 min

1.4.6.2. 110 a 130%: desligamento em 1 min

1.4.6.3. $>130\%$: desligamento em 3 s

1.5. Eficiência

1.5.1. Eficiência global – modo normal (RX 3 kVA): 88%.

1.5.2. Eficiência global – modo ECO (RX 3 kVA): 95%.

1.6. Baterias (internas)

1.6.1. Tipo: 12 V / 9 Ah.

1.6.2. Quantidade (RX 3 kVA): 6 unidades.

1.6.3. Tempo de recarga: 4 horas para 90%.

1.6.4. Corrente de recarga: 1 A.

1.6.5. Autonomia (referência de fornecimento): 4 min em plena carga e 12 min em meia carga.

1.6.6. Expansão de autonomia: permite expansão com baterias externas (bancos externos).

- 1.7. Observação técnica (derating): Entre 60 e 90 V na entrada, a carga na saída deve ser limitada proporcionalmente entre 60 e 100%.
- 1.8. Características físicas (mecânicas, interfaces e ambientais)
- 1.8.1. Gabinete: Torre / Rack 19" – 2U.
- 1.8.2. Fixação em rack: orelhas para rack.
- 1.8.3. Acessórios de montagem em torre: pedestais inclusos.
- 1.8.4. Dimensões e peso (RX 3 kVA)
- 1.8.5. Dimensões da UPS (P x L x A): 630 x 438 x 88 mm (equivalente a 2U).
- 1.8.6. Peso líquido: 29,3 kg.
- 1.8.7. Conexões elétricas (configuração Brasil / referência de fornecimento)
- 1.8.8. Entrada: bornes de entrada com cabo e plugue NEMA L5-30P.
- 1.8.9. Saída: 4 tomadas padrão NBR (20 A).
- 1.8.10. Interfaces e sinalização
- 1.8.11. Display: tela LCD.
- 1.8.12. Interfaces: 1x RS-232 / 1x USB / 1x mini-slot.
- 1.8.13. Suporte SNMP
- 1.8.14. Conexão USB (referência de fornecimento): USB.
- 1.8.15. Nível de ruído: < 50 dBA a 1 m.
- 1.8.16. Temperatura/umidade de operação: 0 a 40 °C, umidade relativa 20 a 90% (sem condensação).
- 1.9. Referência: DELTA RX, 3KVA ou similar.

2. UPS MODULAR 105 kVA

2.1. MODOS DE OPERAÇÃO:

2.1.1. O Nobreak deverá operar como um sistema on-line de transferência nos seguintes modos:

- a) **NORMAL** - A carga crítica fica continuamente alimentada pelos inversores do no break. Os retificadores/carregadores transformam a energia AC da rede em DC para alimentar os inversores e carregar simultaneamente as baterias.
- b) **EMERGÊNCIA** - Quando a energia AC da rede falha, a carga crítica continua sendo alimentada pelos inversores que, sem nenhum chaveamento, obtém energia das baterias. Não haverá interrupção de energia para a carga crítica quando houver falha ou retorno da energia AC da rede.
- c) **RECARGA** - Uma vez restaurado a energia AC da rede, os retificadores / carregadores passam a alimentar os inversores e simultaneamente carregam as baterias. A recarga das baterias deverá ser executada após o restabelecimento de

energia pela concessionária.

- d) BYPASS - Se o no break for desligado para manutenção ou reparo, a chave estática transferirá a carga para a fonte de bypass sem interrupção para a carga crítica.
- e) SEM BATERIA – Deverá ser possível desligar a bateria para manutenção através de um disjuntor de desconexão. O sistema continuará funcionando normalmente, exceto para falta de energia AC da rede.
- f) ECO MODE (Modo Econômico) – operação em by pass com inversor ligado em espera para atuação quando houver variação da energia da concessionária fora dos parâmetros definidos.
- g) Diagrama do fluxo de energia de funcionamento no display em tempo real.
- h) Função EPO no painel frontal do equipamento.

2.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- 2.2.1. Potência nominal: 105kVA/kW).
- 2.2.2. Quantidade de módulos de potência: 7 + 1 (redundância).
- 2.2.3. Módulos de potência hot-swappable.
- 2.2.4. Módulos de bateria: Gabinete modular de baterias.
- 2.2.5. Tensão de entrada nominal: 220/127 VCA (3 fases + neutro + terra).
- 2.2.6. Faixa de tensão de entrada: 166 – 253 VCA (carga total).
- 2.2.7. Fator de potência entrada > 0,99.
- 2.2.8. Distorção harmônica (iTHD): < 5% (não linear); < 3% (linear), quando a distorção harmônica total da tensão de entrada for < 1%.
- 2.2.9. Frequência: 60 Hz.
- 2.2.10. Tensão de saída nominal: 220/127 VCA.
- 2.2.11. Regulação de tensão: $\pm 1\%$ (estática); $\pm 5\%$ (dinâmica).
- 2.2.12. Fator de potência de saída: 1,0 (unitário).
- 2.2.13. Distorção harmônica de saída (THDv): < 2% (linear); < 5% (não linear).
- 2.2.14. Eficiência AC-AC: 95% e ECO até 98,5%.
- 2.2.15. Capacidade de sobrecarga: $\leq 125\%$: 10 min / $\leq 150\%$: 1 min / $> 150\%$: 1 s.
- 2.2.16. Display: Tela colorida sensível ao toque de 10 ”.
- 2.2.17. Proteção contra descarga profunda da bateria.
- 2.2.18. Desligamento de Emergência (EPO).
- 2.2.19. Ruído sonoro: < 68 dBA, Medido a 1 m de distância do UPS.
- 2.2.20. Paralelismo: Até 4 unidades.

2.2.21. Interfaces de comunicação: Ethernet e RS-485 (Incluindo SNMP, MODBUS, TCP, HTTP, HTTPS).

2.2.22. Dimensões máximas (L × P × A): 600 × 850 × 2000 mm (23,62" × 33,46" × 78,74").

2.2.23. Peso máximo do Sistema UPS: 281 kg (619 lb).

2.2.24. Peso máximo do Módulo de potência (15 kW): 21 kg (46 lb) por unidade.

2.2.25. Peso máximo do Módulo de bateria: 23,5 kg (51,8 lb) por unidade.

2.2.26. Certificações FCC Class A.

2.2.27. Gabinete de Baterias

2.2.27.1. Dimensões máximas (L × P × A): 600 × 850 × 2000 mm (23,62" × 33,46" × 78,74").

2.2.27.2. Peso máximo com módulos de bateria: 963 kg.

2.2.27.3. Peso máximo sem módulos de bateria: 211 kg.

2.3. REFRIGERAÇÃO

2.3.1. A refrigeração deverá ser do tipo forçada, com ventiladores, de modo que todos os componentes operem dentro da temperatura normal de trabalho. Os ventiladores deverão ser redundantes, de modo que na falha de um, os demais manterão a temperatura dentro da faixa especificada.

2.3.2. O Nobreak deverá contar com sensores de temperatura garantindo que se a temperatura exceda as recomendações acionarão um alarme audível e um alarme visual apresentado no display.

2.4. EQUIPAMENTOS

2.4.1. O Nobreak deverá ser do tipo modular, sendo possível a expansão futura no mesmo gabinete, além da função hot swap (Módulos de potência e baterias), permitindo a manutenção a "quente" sem transferência para o bypass.

2.4.2. O gabinete/chassis deverá ser construído no formato rack 19".

2.4.3. As baterias fornecidas deverão ser montadas em gabinete/chassis modular existente semelhante ao dos Nobreaks.

2.4.4. A potência do módulo vertical deverá ser de 15 kW por módulo, montados em bastidor no mesmo gabinete permitindo manutenção tipo Hot Swap (troca de módulos à quente) com equipamento alimentando a carga no modo on-line sem transferência para o modo by pass durante a retirada ou inserção de módulos.

2.4.5. Os Módulos de Potência deverão ser extraíveis na parte frontal do

equipamento e intercambiáveis com os módulos de todos os nobreak's fornecidos;

2.4.6. Os Módulos deverão permitir a substituição a quente (hot-swapp) com funcionamento autônomo e deverá ser composto por carregador de baterias, inversor, retificador, chave estática e módulo de controle, podendo estar integrados em um mesmo módulo ou em módulos distintos;

2.4.7. O sistema deverá garantir que uma eventual falha em um dos módulos, seja de potência, chave estática ou módulo de controle, não exerça qualquer influência na operação dos módulos restantes;

2.4.8. A remoção e inserção de um módulo não deverá permitir que qualquer perturbação seja introduzida na barra de carga crítica.

2.5. PROTEÇÕES DO SISTEMA

2.5.1. Os Nobreaks deverão possuir proteções internas contra sobretensões, subtensões, sobrecorrente da energia AC da rede, sobreaquecimento e descarga excessiva das baterias.

2.5.2. Os Nobreaks deverão ser protegidos contra mudanças bruscas de carga e/ou curto-circuitos na saída. Para proteger internamente os componentes internos, deverão contar com fusíveis limitadores de corrente de ação rápida.

2.6. COMPONENTES

2.6.1. Os Nobreaks deverão ser na topologia modular.

2.6.2. Fator de Potencia na entrada mínimo 0,99

2.6.3. Fator de Potencia na saída 1 (Unitário)

2.6.4. Rendimento/eficiência mínima: 95% à plena carga

2.6.5. Monitoramento da curva descarga da bateria – O gerenciador deverá realizar o aprendizado da curva de descarga da bateria mediante aos testes automáticos, periodicamente, possibilitando a visualização no display da autonomia e a vida útil da bateria.

2.6.6. Chave de Entrada - O retificador/carregador deverá possuir uma chave de entrada dimensionada para carga máxima juntamente com a recarga das baterias.

2.6.7. Fusíveis de Proteção - Cada módulo de potência deverá ser protegido individualmente por fusíveis de ação rápida, tal que na falha de um componente interno ou falha total do modulo de potência, evitando uma parada dos demais módulos de potência.

2.6.8. Recarga da Bateria - Além de fornecer energia para o inversor, o retificador/carregador deverá ser capaz de produzir corrente de carga para a bateria

o suficiente para repor 95% da carga dentro de no máximo 08 horas. Após completamente carregada, o retificador/carregador deverá manter a bateria carregada até a próxima emergência.

2.6.9. Proteção Contra Sobre tensão na saída - Caso ocorra uma sobre tensão na saída do retificador/carregador, o equipamento deverá sinalizar a ocorrência no display.

2.6.10. Para comprovação técnica da autonomia exigida, deverá ser apresentado:

2.6.10.1. Memória de cálculo de autonomia da bateria considerando a tensão mínima de descarga de 1,75Vcc por elemento ou 10,5Vcc por monobloco;

2.6.10.2. Catálogo técnico da bateria onde deverá constar todas as características técnicas, referência e todo o descritivo técnico de cada componente;

2.6.11. Baterias

2.6.11.1. Bateria chumbo-ácida regulada por válvula - VRLA.

2.6.11.2. Tecnologia AGM com eletrólito absorvido.

2.6.11.3. Livre de Manutenção.

2.6.11.4. Vaso em resina ABS especial com elevada resistência mecânica.

2.6.11.5. Faixa de temperatura de operação: -15 a 45°C.

2.6.11.6. Isenta de liberação de gases nocivos à saúde.

2.6.12. O quantitativo de baterias deverá ser dimensionado de forma a garantir autonomia mínima de 10 (dez) minutos para uma carga de 52,5 kVA, devendo tal dimensionamento ser comprovado mediante apresentação de memorial de cálculo técnico, contendo a especificação completa das baterias utilizadas e os critérios adotados no dimensionamento.

2.7. INVERSOR

2.7.1. O inversor deverá utilizar transistores IGBT associado a tecnologia PWM de alta frequência.

2.7.2. Frequência de Saída - 60 Hz $\pm 0,1\%$.

2.7.3. Fator de Potencia na saída 1 (Unitário).

2.7.4. Capacidade de Sobrecarga - O inversor deverá ser capaz de suportar uma sobrecarga de até 125% por 10 minutos mantendo uma regulação estática de $\pm 1\%$ com carga balanceada.

2.7.5. Balanceamento entre fases - O circuito lógico deverá manter a corrente de entrada balanceada, independente do consumo nas fases de saída.

2.7.6. Defeito - O modulo de potência que apresentar defeito deverá ser isolado automaticamente, sinalizando através de leds, display e do gerenciamento, não permitindo distúrbios para a carga crítica.

2.7.7. Divisão de Carga - Para operação em paralelo dos módulos de potência, os inversores deverão dividir carga durante todo tempo no mesmo gabinete. O circuito de divisão de carga deverá ser realizado pelos circuitos dos próprios controles.

2.7.8. Proteção da Bateria - O inversor deverá possuir circuitos de monitoração e controle capazes de evitar que as baterias se danifiquem devido a uma sobre descarga. A tensão máxima de descarga deverá garantir que as baterias não sofram descargas acima do especificado.

2.7.9. Queda de Tensão - O inversor deverá possuir um circuito para compensar automaticamente a queda de tensão nas variações da carga crítica, mantendo o valor da tensão na carga dentro do especificado, variação da tensão de entrada aceita de $\pm 15\%$ e na saída de $\pm 1\%$.

2.8. CHAVE ESTÁTICA

2.8.1. Deverá conter os componentes de estado sólido que farão a transferência da carga, automaticamente para o by-pass e sem interrupção de energia para a carga.

2.8.2. O equipamento poderá possuir chave estática descentralizada em cada módulo ou módulo de chave estática centralizado com capacidade de potência nominal adequada para suportar a eventual expansão total de módulos no gabinete.

2.8.3. Caso o equipamento possua módulo de chave estática centralizado, o mesmo deverá permitir a remoção e/ou inserção de outro módulo, seja para manutenção preventiva ou corretiva, garantindo que seja efetuada com o Nobreak em operação "on line" (Hot-Swap), de forma a não comprometer o funcionamento da carga crítica;

2.8.4. A remoção e inserção do módulo da chave estática ou do módulo onde a chave estática se encontra, não deverá permitir que qualquer perturbação seja introduzida na barra de carga crítica.

2.9. OPERAÇÃO DO BYPASS DO SISTEMA

2.9.1. Quando for necessário desligar o sistema Nobreak para manutenção ou quando ocorrer sobrecarga ou falha no sistema, a linha de by-pass deverá isolar a carga do sistema Nobreak e alimenta-la diretamente com a rede.

2.9.2. Os controles do sistema deverão monitorar constantemente as condições do by-pass para executar a transferência.

2.9.3. O sistema de by-pass deverá ser composto por chaves estáticas que em sua estrutura contenham semicondutores de estado sólido (tiristores) e permita realizar as transferências sem interrupção de energia para a carga crítica,

prevendo:

- a) Transferências de Carga - Através do painel de controle será possível realizar transferência da carga crítica para o by pass.
- b) Transferências de Carga Automática - As transferências automáticas deverão ocorrer sempre que houver condições de sobrecarga durante um período excedente à capacidade do sistema, ou durante uma falha que afete a tensão de saída. Transferências ocasionadas por sobrecarga deverão provocar uma retransferência assim que o nível de carga voltar ao valor aceitável pelo sistema.

2.10. DISPLAY, CONTROLES E ALARMES.

2.10.1. DISPLAY - O Painel de Controle do Nobreak deverá possuir Display LCD e teclado multifuncional para navegação e acionamento de funções do UPS.

2.10.1.1. As informações do display LCD deverão ser apresentadas em língua portuguesa para facilitar o acesso e gerenciamento do equipamento.

2.10.1.2. Alarme audiovisual, e função de tecla silenciadora de alarme sonoro.

2.10.2. MEDIDORES - deverá possuir um microprocessador para controlar o display e funções da memória do sistema de monitoração. Todos os parâmetros das três fases deverão ser mostrados simultaneamente. Todos os parâmetros de tensão e corrente deverão ser monitorados através de medidas com precisão de $\pm 1\%$.

2.10.3. Os seguintes parâmetros deverão ser mostrados no display:

2.10.3.1. LEITURA DE CADA MÓDULO DE POTÊNCIA – UPS: deverá possuir Tensão de entrada; Tensão de entrada do by-pass; Corrente de entrada; Frequência de entrada do by-pass; Tensão da bateria; Tensão de saída; Corrente de Carga/Descarga da bateria; Frequência de saída; Número total de descarga completa das baterias; Tensão de Saída; Corrente da carga; Corrente de saída; Potência em KW e KVA; Potência de saída em KW e KVA; Frequência de saída; Fator de Cresta; Fator de Potência da Carga; Fator de Potência de Entrada; Autonomia em minutos e em percentual;

2.10.3.2. INDICADOR DO STATUS DA BATERIA: deverá possuir um indicador de Status de bateria nos módulos deverá mostrar as condições de alarme DC, ponto de desligamento, tensão atual da bateria e tempo restante de bateria durante a descarga. Uma representação gráfica da descarga da bateria deverá ser mostrada via gerenciamento do UPS.

2.11. GABINETES DE BATERIA SELADA

2.11.1. As baterias fornecidas deverão ser instaladas em gavetas extraíveis, a fim de otimizar a manutenção;

2.11.2. Cada módulo de bateria em operação, deverá possuir um sistema de proteção elétrica próprio para isolá-lo dos demais módulos, adequadamente dimensionado;

2.11.3. O Gabinete de baterias deverá modular, com gavetas extraíveis à quente (hot swap) pela parte frontal e deverá ser similar ao gabinete do Nobreak (mesma forma e padrão de cor).

2.11.4. Deverão ser fornecidas baterias seladas, VLRA, chumbo-ácido, de eletrólito absorvido e válvula regulada, sem exalação de gases e com mesma densidade de potência. Em hipótese alguma, serão aceitas baterias automotivas e /ou estacionárias;

2.11.5. Os módulos de baterias possuem a característica “hot swap” permitindo a substituição a quente das gavetas de baterias, as gavetas e ou composição das baterias deverão ser resultante da somatória de diversos módulos de baterias.

2.11.6. Os Gabinetes de baterias deverão ser providos de proteção termomagnética específica para corrente contínua, devidamente dimensionado para suportar a máxima corrente de curto esperada e que propicie o seccionamento seguro mesmo com a ocorrência de sobrecorrentes, e sem a formação de arcos voltaicos no interior do gabinete; possuir proteção termomagnética total (para todo conjunto de baterias) juntamente com as proteções individuais (para cada banco/string's) contido no mesmo gabinete de baterias, ou seja, um disjuntor para cada conjunto de baterias interligado ao barramento CC do banco de baterias, de modo a proporcionar o isolamento completo e de forma individual de cada string de baterias.

2.12. INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

2.12.1. A conexão entre o nobreak, suas baterias e a carga deverão ser feitas através de cabos de cobre eletrolítico, têmpera mole, encordado seção circular compacta classe 2 com isolamento HEPR 90°C 06/1KV, livre de halogênios e baixa emissão de fumaça conforme Norma Técnica ABNT NBR 13248:2015, sendo as seções mínimas compatíveis com o dispositivo de proteção do circuito ao equipamento. As pontas deverão ser devidamente demarcadas e utilização de terminais compatíveis com o equipamento e instalações elétricas do existentes.

2.12.2. Deverão estar incluídos em proposta todos os cabos necessários para comando e controle dos sistemas eventualmente necessários, bem como, adequação dos cabos de interligação dos bancos de baterias diretamente aos

nobreak's.

2.13. INTERFACE DE GERENCIAMENTO E MONITORAMENTO

2.13.1. A Interface de Gerenciamento e Monitoramento da UPS deverá consistir em placa ou módulo de comunicação que permite a gerência e monitoramento remoto do UPS.

2.13.2. A Interface de Gerenciamento e Monitoramento da UPS deverá possuir entrada para conectores do tipo RJ-45, e usar a rede Ethernet e o protocolo TCP/IP para a comunicação.

2.13.3. A Interface de Gerenciamento e Monitoramento da UPS deverá suportar os protocolos SNMP e MODBUS.

2.13.4. A Interface de Gerenciamento e Monitoramento da UPS deverá permitir o acesso por meio de navegador WEB. A página web acessada por meio do navegador deverá suportar autenticação por usuário e senha para garantir a segurança no acesso e gerenciamento bem como deve permitir a visualização e configuração de parâmetros críticos, bem como o monitoramento em tempo real do status do nobreak.

2.14. TREINAMENTO OPERACIONAL

2.14.1. Deverá ser incluso no fornecimento um treinamento técnico operacional para 04 funcionários com material didático, em nível de instalação e manutenção de primeiro nível.

A

B

C

D

E

F

F-00000000

DEM DA REDE

GMG-01
220/127V
320kVA
60Hz

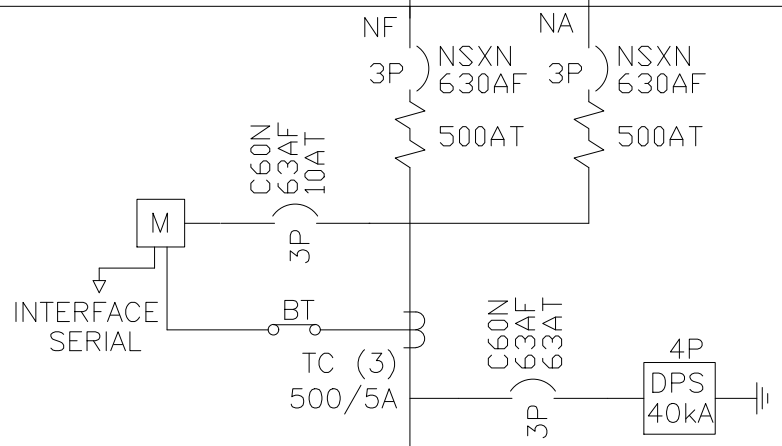
1.1

1.2

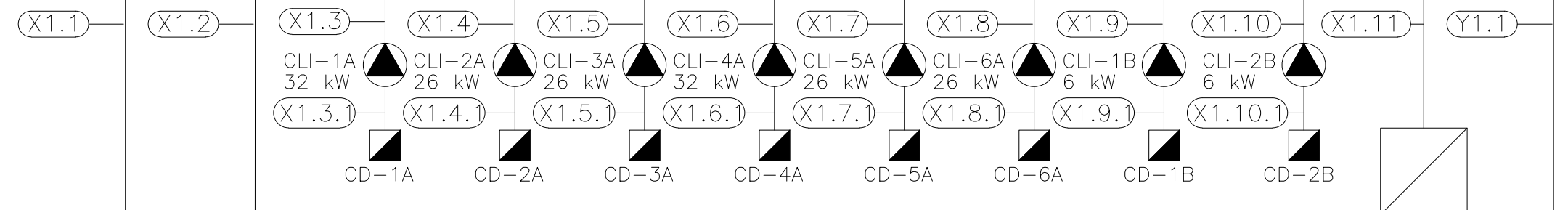
2.1

2.2

QDEM



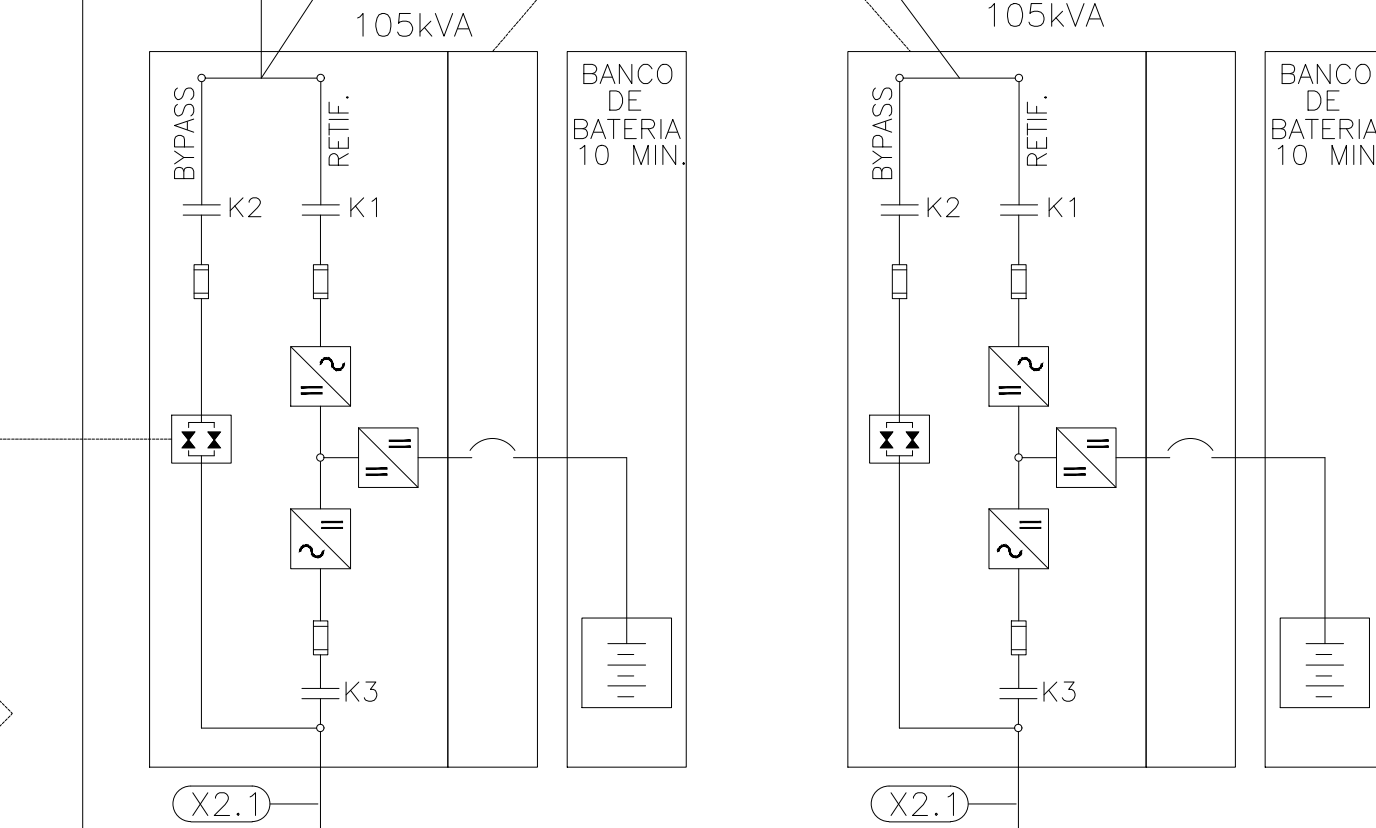
220/127V 3F+N+T lcc: 30kA In: 600A



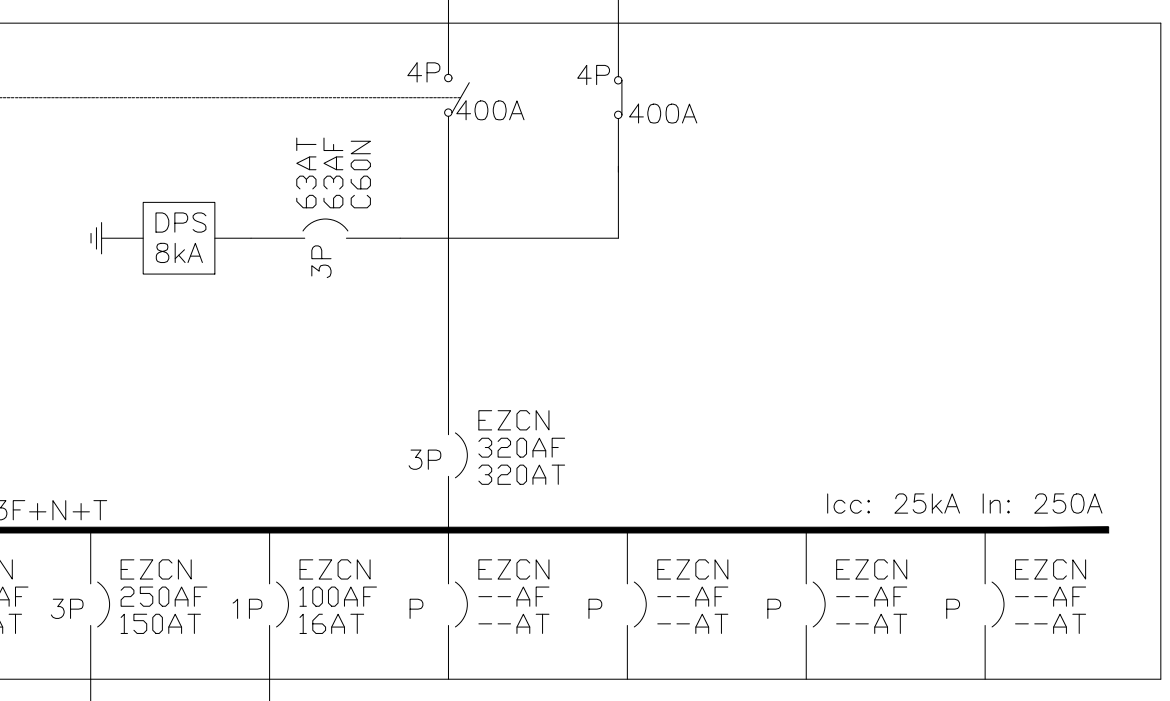
QDUTIL

UPS-X1
105kVA

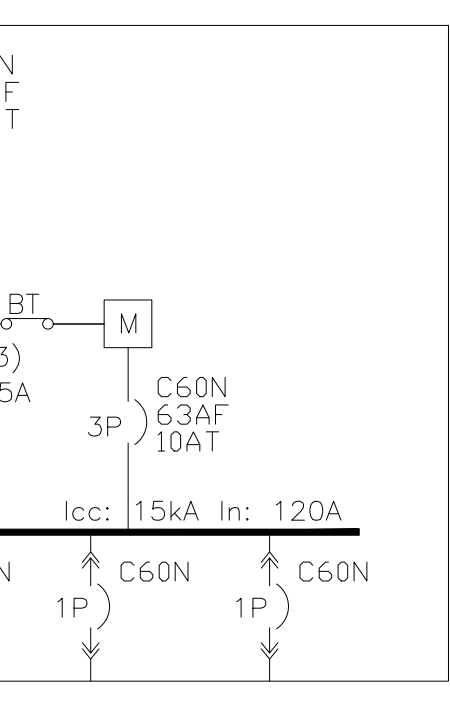
UPS-X2
105kVA



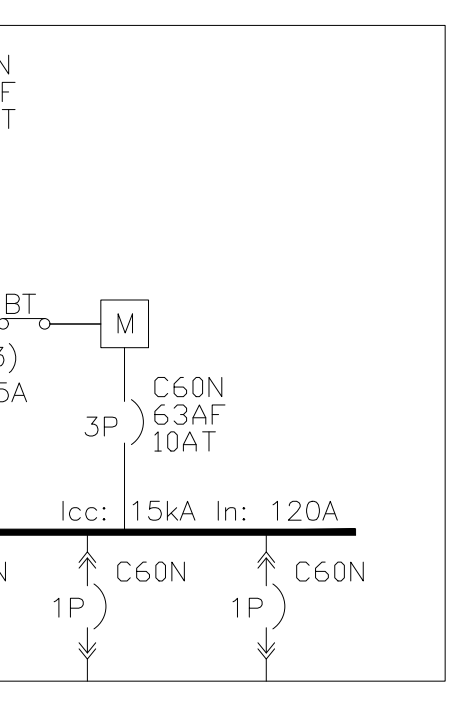
QD-X



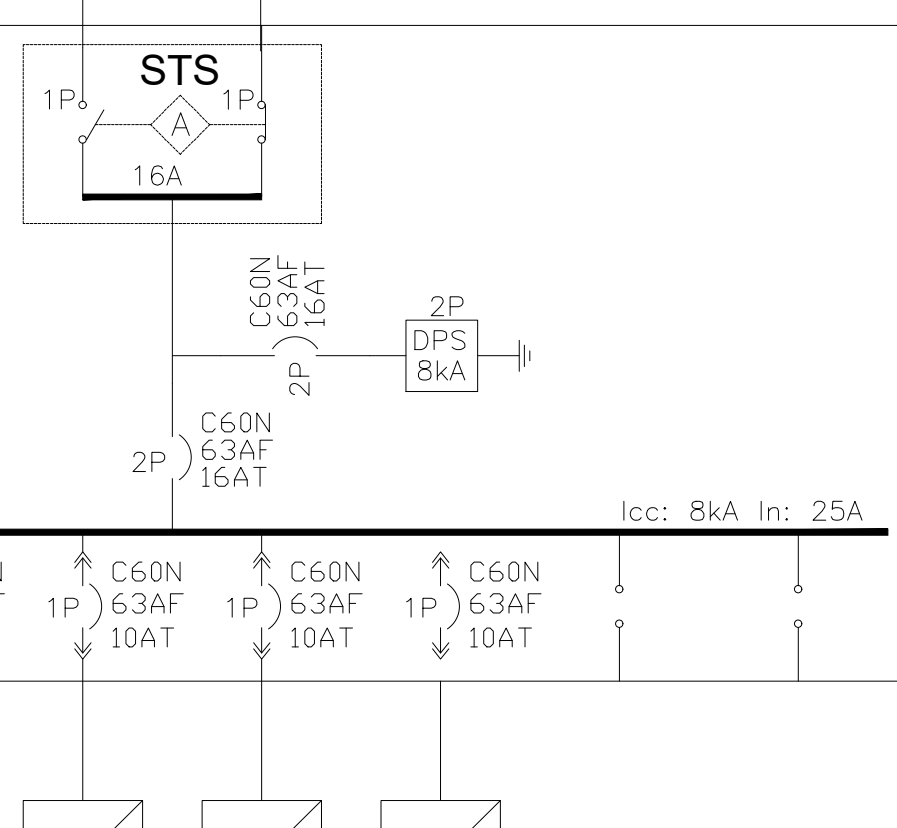
QDIX1



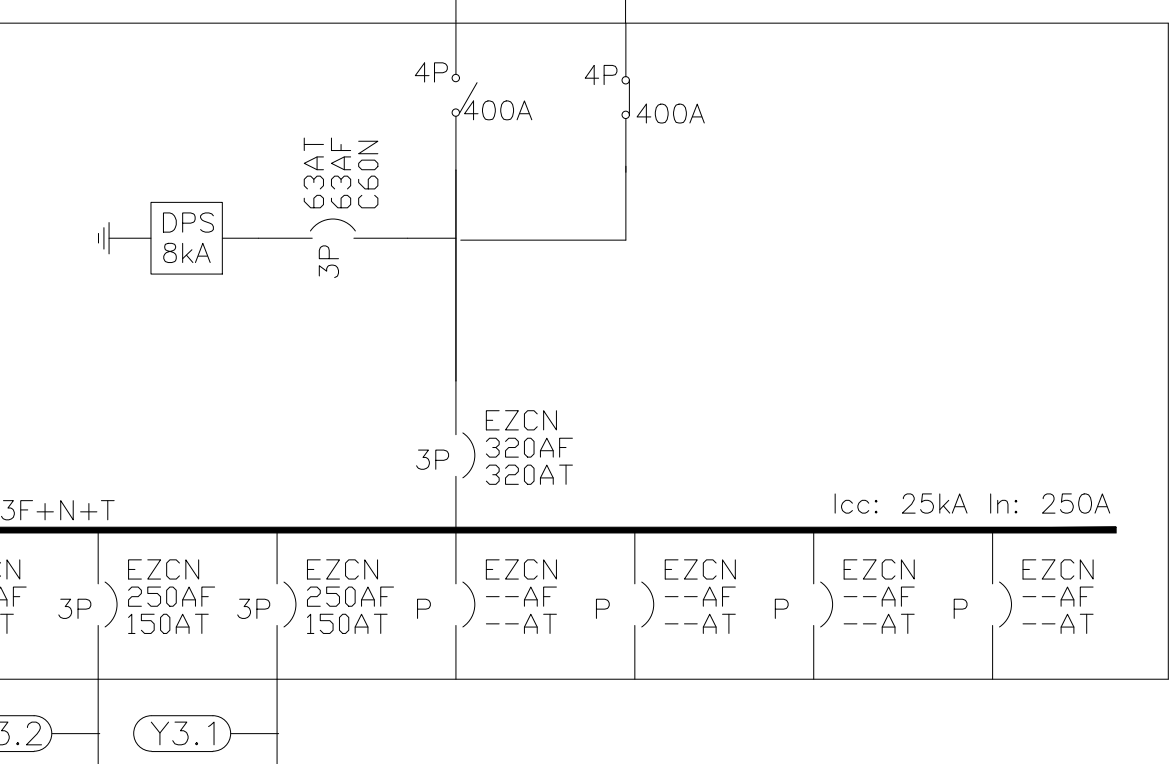
QDIX2



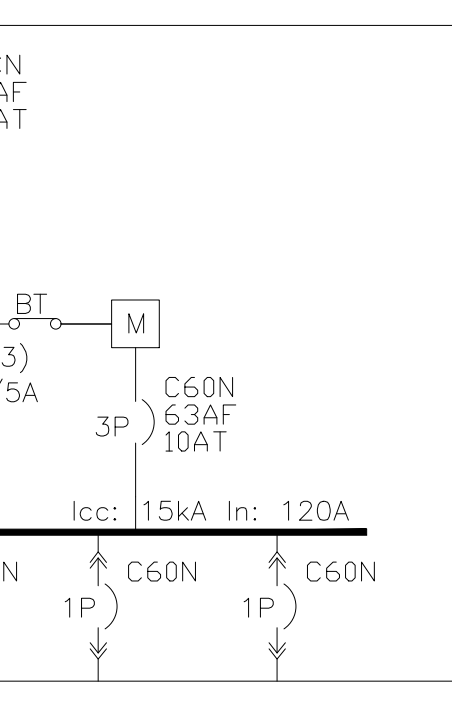
QD-ST



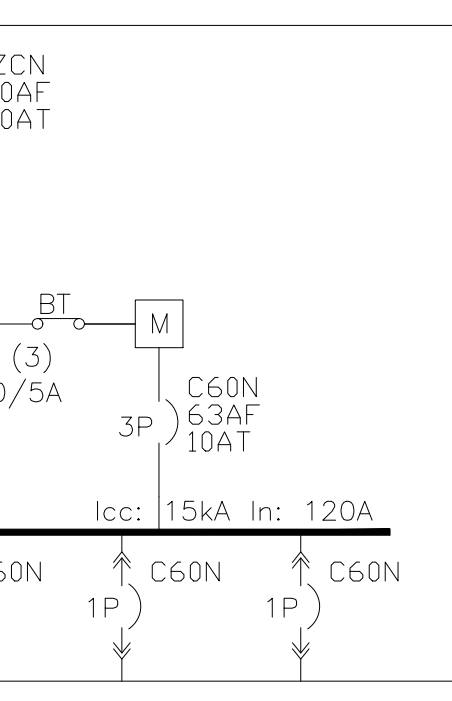
QD-Y



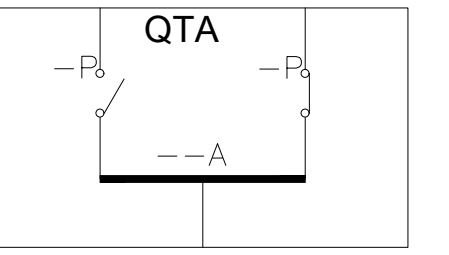
QDIY1



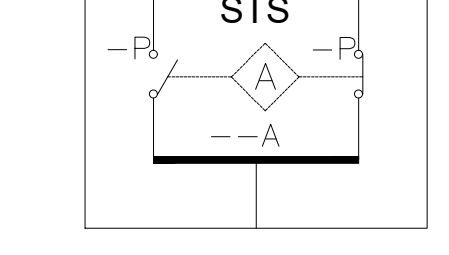
QDIY2



LEGENDA:



QUADRO DE TRANSFERÊNCIA AUTOMÁTICA



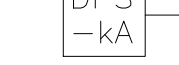
CHAVE DE TRANSFERÊNCIA ESTATICA



MULTI MEDIDOR DIGITAL PM210



TRANSFORMADOR DE CORRENTE



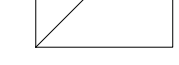
DISPOSITIVO PROTETOR DE SURTO



PONTO DE FORÇA MONOFASICO



PONTO DE FORÇA TRIFASICO



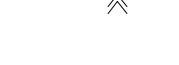
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO



DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA COM CONEXÃO FIXA E DISPARADOR ELETRÔNICO E TERMOMAGNÉTICO AJUSTÁVEL



DISJUNTOR EM CAIXA MOLDADA OU MINIDISJUNTOR, COM DISPARADOR TERMOMAGNÉTICO AJUSTÁVEL COM CONEXÃO FIXA



CONEXÃO EXTRAÍVEL PARA DISJUNTOR



ESPAÇO RESERVA PARA DISJUNTOR TRIPOLAR OU INDICADO



CHAVE SECCIONADORA NORMALMENTE ABERTA



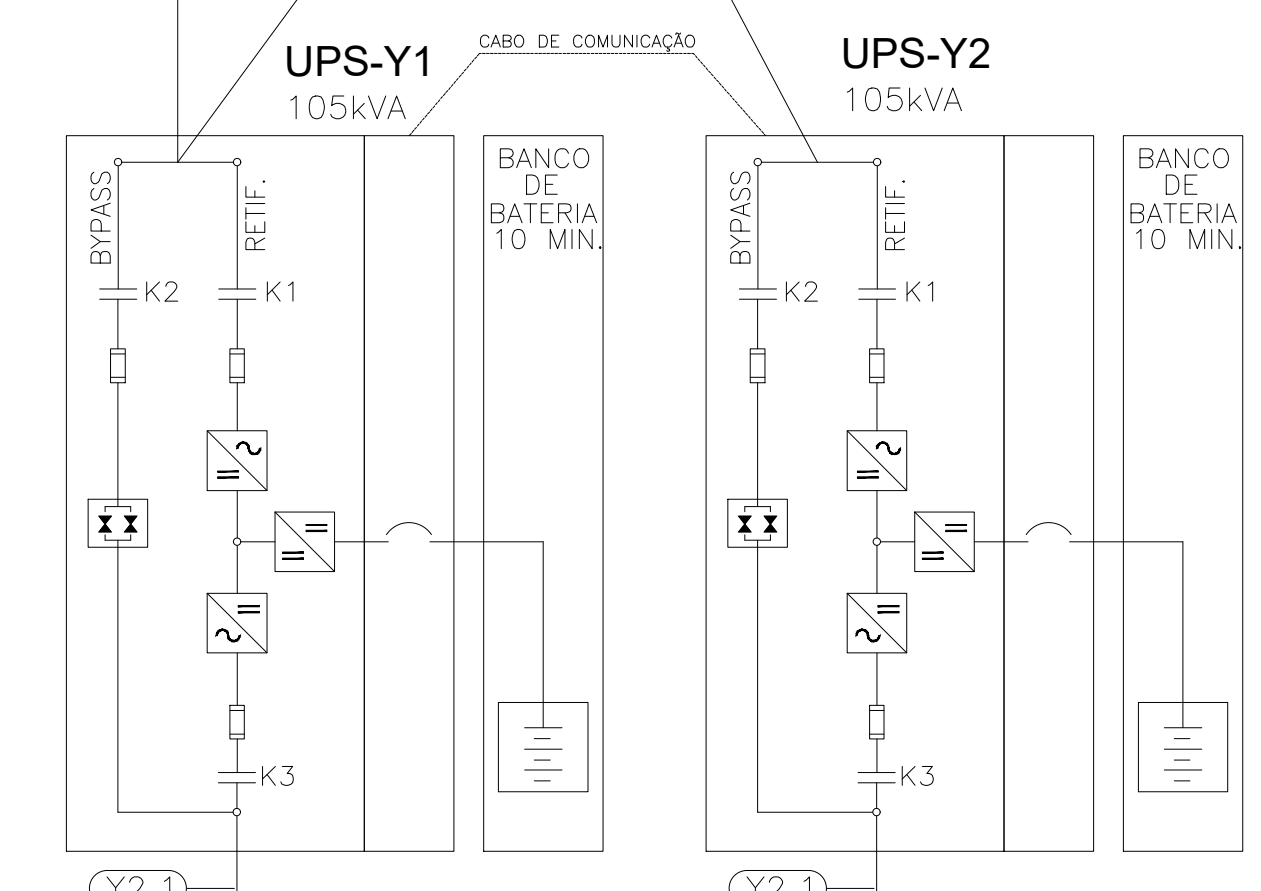
CHAVE SECCIONADORA NORMALMENTE FECHADA

LISTA DE CABOS												
CIRCUITO	PERCURSO		DISTÂNCIA (m)*	POTÊNCIA (kVA)	TENSÃO (V)	CORRENTE (A)	CONDUTORES		SECÇÃO (mm²)			MANEIRA DE INSTALAR
	ORIGEM	DESTINO					ISOLAÇÃO HEPR 90°C	CLASSE DE TENSÃO	FASE	NEUTRO	TERRA	
1.1	REDE	QTA-1										
1.2	GMG-01	QTA 1	30	320	220	600	EPROTENAX	0,6/1kV	3x240	1x240	1x120	LEITO AÉREO
2.1	QTA1	QDEMG	3	320	220	500	AFUMEX	0,6/1kV	3x185	1x185	1x95	LEITO AÉREO
X1.1	QDEMG	QD-X	5	120	220	180	AFUMEX	0,6/1kV	3x50	1x50	1x25	LEITO ARAMADO
X1.2	QDEMG	UPS-X	10	120	220	220	AFUMEX	0,6/1kV	3x50	1x50	1x25	LEITO ARAMADO
X1.3	QDEMG	CLI-1A	20	32	220	50	AFUMEX	0,6/1kV	3x6	1x6	1x6	LEITO ARAMADO
X1.3.1	CLI-1A	CD-1A	30	3	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x4	-	1x4	ELETRODUTO
X1.4	QDEMG	CLI-2A	20	26	220	50	AFUMEX	0,6/1kV	3x6	1x6	1x6	LEITO ARAMADO
X1.4.1	CLI-2A	CD-2A	30	3	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x4	-	1x4	ELETRODUTO
X1.5	QDEMG	CLI-3A	20	26	220	50	AFUMEX	0,6/1kV	3x6	1x6	1x6	LEITO ARAMADO
X1.5.1	CLI-3A	CD-3A	30	3	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x4	-	1x4	ELETRODUTO
X1.6	QDEMG	CLI-4A	15	32	220	50	AFUMEX	0,6/1kV	3x6	1x6	1x6	LEITO ARAMADO
X1.6.1	CLI-4A	CD-4A	25	3	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x4	-	1x4	ELETRODUTO
X1.7	QDEMG	CLI-5A	15	26	220	50	AFUMEX	0,6/1kV	3x6	1x6	1x6	LEITO ARAMADO
X1.7.1	CLI-5A	CD-5A	25	3	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x4	-	1x4	ELETRODUTO
X1.8	QDEMG	CLI-6A	15	26	220	50	AFUMEX	0,6/1kV	3x6	1x6	1x6	LEITO ARAMADO
X1.8.1	CLI-6A	CD-6A	25	3	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x4	-	1x4	ELETRODUTO
X1.9	QDEMG	CLI-1B	10	6	220	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x6	1x6	1x6	LEITO ARAMADO
X1.9.1	CLI-1B	CD-1B	10	3	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x4	-	1x4	ELETRODUTO
X1.10	QDEMG	CLI-2B	10	6	220	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x6	1x6	1x6	LEITO ARAMADO
X1.10.1	CLI-2B	CD-2B	10	3	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	3x4	-	1x4	ELETRODUTO
X1.11	QDEMG	QDUTIL	12	20	220	40	AFUMEX	0,6/1kV	3x6	1x6	1x6	LEITO ARAMADO
X2.1	UPS-X	QD-X	5	120	220	180	AFUMEX	0,6/1kV	3x50	1x50	1x25	LEITO ARAMADO
X3.1	QD-X	QDIX1	20	60	220	90	AFUMEX	0,6/1kV	3x16	1x16	1x10	LEITO ARAMADO
X3.2	QD-X	QDIX2	20	60	220	90	AFUMEX	0,6/1kV	3x16	1x16	1x10	LEITO ARAMADO
X3.3	QD-X	QDSTS	10	5	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	1x4	-	1x4	LEITO ARAMADO
Y1.1	QDEMG	QD-Y	5	120	220	180	AFUMEX	0,6/1kV	3x50	1x50	1x25	LEITO ARAMADO
Y1.2	QDEMG	UPS-Y	10	120	220	220	AFUMEX	0,6/1kV	3x50	1x50	1x25	LEITO ARAMADO
Y2.1	UPS-Y	QD-Y	5	120	220	180	AFUMEX	0,6/1kV	3x50	1x50	1x25	LEITO ARAMADO
Y3.1	QD-Y	QDIY1	20	60	220	90	AFUMEX	0,6/1kV	3x16	1x16	1x10	LEITO ARAMADO
Y3.2	QD-Y	QDIY2	20	60	220	90	AFUMEX	0,6/1kV	3x16	1x16	1x10	LEITO ARAMADO
Y3.3	QD-Y	QDSTS	10	5	127	16	AFUMEX	0,6/1kV	1x4	-	1x4	LEITO ARAMADO

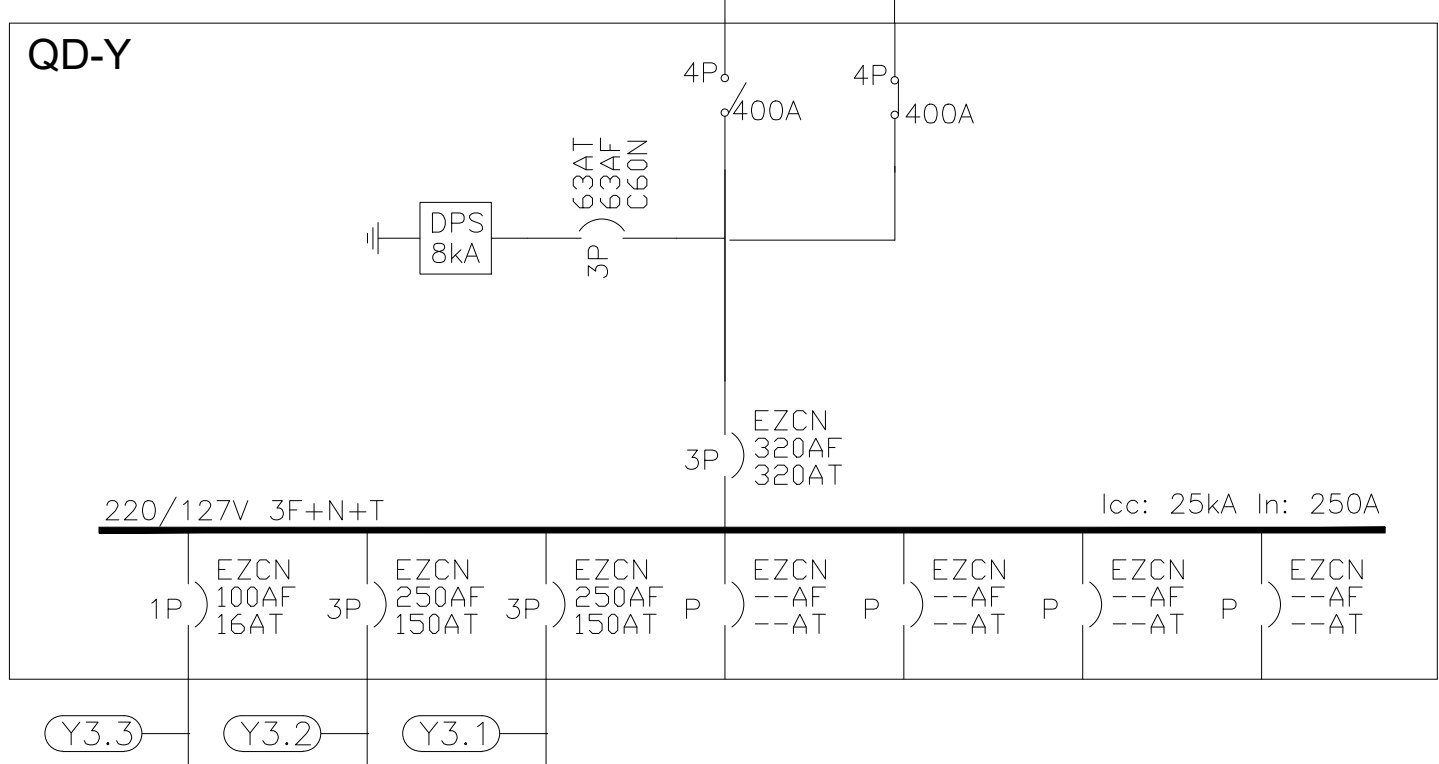
ESCOPO DA CONTRATADA

UPS-Y1
105kVA

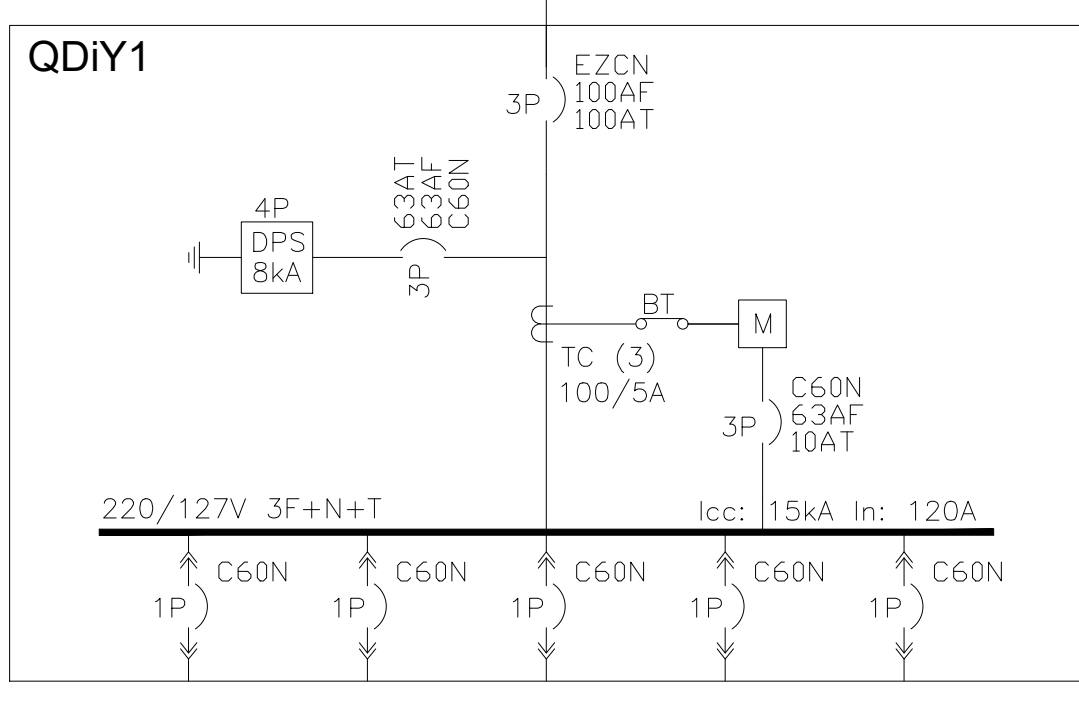
UPS-Y2
105kVA



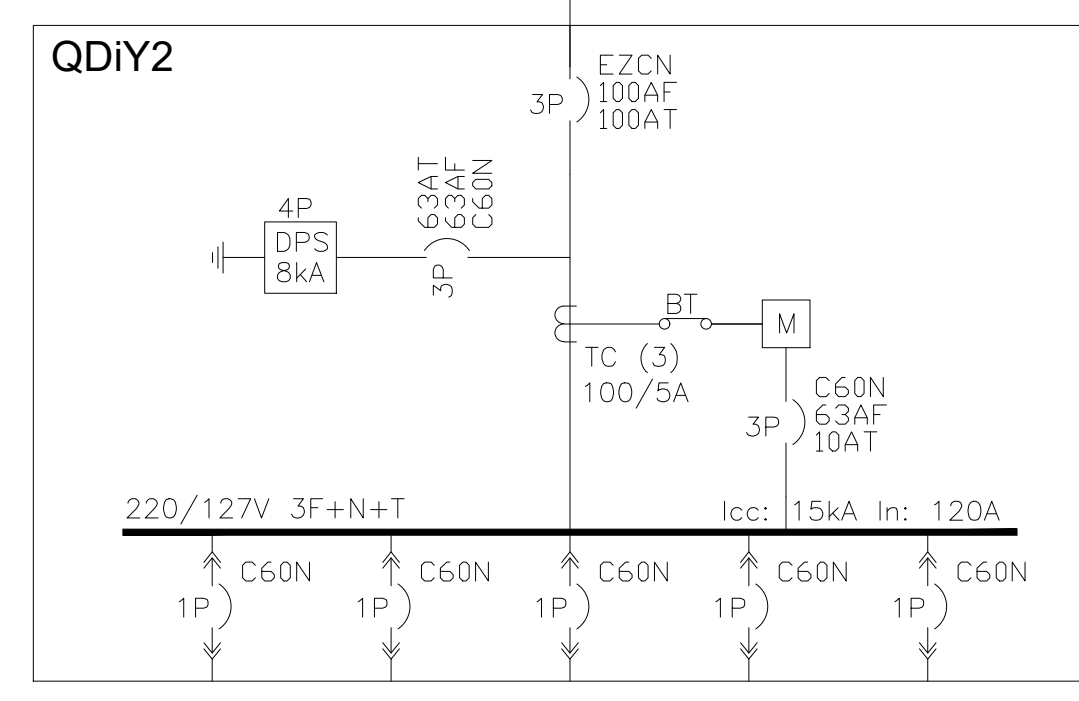
QD-Y



QDIY1



QDIY2



RESPONSÁVEL:				CLIENTE			
RODRIGO GUALBERTO				TRF - RIO DE JANEIRO			
				TÍTULO			
				ELÉTRICA			
				DIAGRAMA UNIFILAR GERAL			
				DESENHO			
				EX-ELE-01-0335-F01-R00-DIAG. UNIFILAR			
				FOLHA			
				01			
				S/ ESC.			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO II - Planilha de Preços

PE XX-26

0020353-51.2025.4.02.8000

ITEM	MATERIAL	Unid.	Quant.	Valor Médio	Valor Total
1	SISTEMAS DE 105 Kva	Unid.	4	R\$ 427.984,86	R\$ 1.711.939,44
2	NOBREAKS DE 3 KVA	Unid.	4	R\$ 7.315,16	R\$ 29.260,64
VALOR TOTAL:					R\$ 1.741.200,08



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE ANDRADE VECCHI**, Assessora, em 07/04/2026, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1695768** e o código CRC **013427DF**.

0020353-51.2025.4.02.8000

SEI 1695768v2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP

(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__

Proc. nº _____

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE ANDRADE VECCHI**, Assessora, em 07/04/2026, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1695783** e o código CRC **EACCD461**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e 229/2016)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202_

Proc. nº _____

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome: Parentesco: Órgão: CC* MPJ*

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DE ANDRADE VECCHI**, Assessora, em 07/04/2026, às 16:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1695789** e o código CRC **ED16656C**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

MINUTA TRF2 1780892

MINUTA	MINUTA	MINUTA*
---------	---------	---------

CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE UPS (UNINTERRUPTIBLE POWER SUPPLY)/NOBREAKS, DESTINADOS AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA ESTABILIZADA E ININTERRUPTA ÀS CARGAS CRÍTICAS DA SALA-COFRE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2) E ÀS CARGAS CRÍTICAS ADMINISTRATIVAS DO EDIFÍCIO LOCALIZADO À RUA VISCONDE DE INHAÚMA, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. Adm. SEI nº 0020353-51.2025.4.02.8000

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º _____, estabelecida _____, CEP _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo SEI nº 0020353-51.2025.4.02.8000, em consequência do Pregão Eletrônico nº 9_/2026, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, FIRMAM o presente Contrato, objetivando o *forneimento e instalação de sistemas de UPS (Uninterruptible Power Supply)/nobreaks, destinados ao forneimento de energia elétrica estabilizada e ininterrupta às cargas críticas da sala-cofre do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e às cargas críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma*, sujeitas as partes às disposições da Lei nº 14.133/2021 e às seguintes cláusulas e condições:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

1.1. Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento e instalação de sistemas de UPS (Uninterruptible Power Supply)/nobreaks, destinados ao fornecimento de energia elétrica estabilizada e ininterrupta às cargas críticas da sala-cofre do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e às cargas críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 9_/2026 e seus Anexos I, II, III e IV e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1.1. O Regime de Execução é o de fornecimento e prestação de serviço associado, nos termos do art. 6º, XXXIV, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1.1. O fornecimento dos equipamentos seguirá o disposto nos Itens 1.1.2 e 1.1.3 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

2.1.1.2. O serviço associado a ser realizado no âmbito deste Contrato está descrito nos Itens 1.1.2 e 1.1.3 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.1.2. Os serviços deverão ser executados de modo a não interferir no funcionamento normal do local de execução;

2.1.3. Os serviços deverão ser realizados preferencialmente no período diurno, entre 06h00 e 17h00;

2.1.3.1. Os serviços que produzam ruídos que prejudiquem o desenvolvimento das atividades cotidianas deste E. Tribunal não poderão ser executados após as 11h00, devendo ter a sua execução planejada para o intervalo de tempo compreendido entre 06h00 e 11h00;

2.1.3.2. Os serviços que produzam odores fortes deverão ter a sua execução planejada para o intervalo de tempo compreendido entre 06h00 e 11h00.

2.2. DO LOCAL DE ENTREGA E DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.2.1. Os equipamentos deverão ser entregues no edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado na Rua Acre, nº 80, onde se encontra a sala-cofre do Tribunal, e no prédio da Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, ambos Centro, Rio de Janeiro / RJ.

2.2.2. Os serviços deverão ser executados no edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, situado na Rua Acre, nº 80, onde se encontra a sala-cofre do Tribunal, e no prédio da Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, ambos Centro, Rio de Janeiro / RJ.

2.3. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DE EXECUÇÃO:

2.3.1. O prazo de entrega dos equipamentos será de ____ (_____) dias corridos **[no máximo 150 (cento e cinquenta) dias corridos, conforme Proposta]**, a contar do primeiro dia útil subsequente à data da Ordem de Início dos Serviços, conforme subitem 1.2.1 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.3.2. O prazo de execução dos serviços será de ____ (_____) dias corridos **[no máximo 30 (trinta) dias corridos, conforme Proposta]**, a contar do primeiro dia subsequente à data da entrega de todos os equipamentos.

2.3.3. São condições para a emissão da Ordem de Início dos Serviços:

2.3.3.1. Apresentação da designação formal do Preposto;

2.3.3.2. Apresentação de ART junto ao CREA-RJ ou TRT junto ao CRT, referente à execução dos serviços, emitida por profissional legalmente habilitado;

2.3.4. Os documentos supracitados deverão ser apresentados impreterivelmente em até 07 (sete) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

2.4. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

2.4.1. O Cronograma de Execução da contratação seguirá o disposto no Item 1.2 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.4.2. As etapas de execução desta contratação, cujos prazos têm como referência inicial o fim da etapa anterior, constam da tabela abaixo:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato pelo Contratante	-
02	Entrega dos equipamentos	Até 150 (cento e cinquenta) dias corridos após a Etapa 01
03	Prestação dos serviços	Até 30 (trinta) dias corridos após o primeiro dia útil subsequente à data da Ordem de Início dos Serviços
04	Recebimento provisório	Imediatamente após a Etapa 03
05	Recebimento definitivo	Até 02 (dois) dias úteis após a Etapa 04

2.5. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

2.5.1. A Contratada deverá fornecer os equipamentos e prestar os serviços de acordo com as especificações técnicas apresentadas no Item 1.1 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

2.5.2. Os Requisitos da Contratação seguirão o disposto no Item 4 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

2.5.3. A Contratada deverá observar os Requisitos Técnicos e de Qualidade da Contratação, descritos no Item 4.1 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

2.5.4. A Contratada deverá observar os Requisitos de Sustentabilidade da Contratação, descritos no Item 4.2 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

3.1. São obrigações do Contratante as discriminadas no Item 1.12 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1. São obrigações da Contratada, além das constantes do Item 1.11 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, as previstas nesta Cláusula:

4.1.1. A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.1.2. É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

4.1.2.1. A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão mencionado no preâmbulo.

4.1.3. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme o artigo 3º da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução CNJ nº 09 de 06/12/2005.

4.1.4. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de

funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

4.1.5. A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.1.6. A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

4.1.6.1. Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

4.1.7. A Contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme determinação do art. 92, inciso XVII, da Lei nº 14.133/21.

4.1.8. A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Ética da Justiça Federal da 2ª Região, nos termos da Resolução nº 21 do TRF 2ª Região, de 16/12/2024.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

5.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante o registro de recebimento do documento fiscal no Portal do SIGEO, quando verificada a conformidade dos serviços aos termos contratuais;

5.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;

5.1.2.1. O atesto será lavrado na mesma data do "recebimento definitivo", compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

5.2. O objeto do Contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF - 2ª Região, o objeto deste Contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas no art. 18 e 20 da Lei n.º 8.078/90.

5.5. Se, após o recebimento provisório, for constatado que o objeto está em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE:

6.1. DO PREÇO:

6.1.1. Planilha de preços:

Ite	Descrição	Un	Quan	Valor unit. (R\$)	Valor total (R\$)
1	Gabinete UPS 105 kVA.	Unid.	4		
2	Módulo UPS 15 kVA.	Unid.	32		
3	Gabinete de Baterias – Autonomia 10 min em 50% de carga	Unid.	4		
4	Desligamento, desinstalação, remoção de UPS e baterias, incluindo destinação final das baterias.	Unid.	1		
5	Teste funcional dos nobreaks e bancos de baterias com fornecimento de mão de obra e materiais necessários.	Unid.	1		
6	Nobreak 3kVA para rack 2U, com baterias e comunicação SNMP.	Unid.	4		
VALOR TOTAL:					

6.1.2. O **VALOR TOTAL** deste Contrato é de R\$ _____ (_____);

6.1.3. Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes à perfeita execução dos serviços contratados.

6.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.2.1. O pagamento será efetuado após a conclusão dos serviços, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada:

6.2.1.1. no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior àquele estabelecido no art. 75, II, da Lei 14.133/2021, devidamente atualizado;

6.2.1.2. no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior àquele estabelecido do art. 75, II da Lei 14.133/21, devidamente atualizado;

6.2.1.3. A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

6.2.1.3.1. O atesto do documento fiscal será lavrado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento do documento fiscal, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

6.2.1.4. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.

6.2.1.5. Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.2. A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO - JT para apresentação dos Documentos

Fiscais (Notas Fiscais), que deverão, obrigatoriamente, ser registrados no Portal do SIGEO - JT para efeito de recebimento provisório, atesto, liquidação e pagamento;

6.2.2.1. Por meio do link <https://sigeo.jt.jus.br/ajuda>, a Contratada terá acesso ao Portal SIGEO – JT e a um guia detalhado das funcionalidades do sistema.

6.2.2.2. A Contratada deverá efetuar o cadastro no Portal do SIGEO – JT, visando à apresentação do documento fiscal.

6.2.2.3. Os documentos fiscais deverão ser encaminhados exclusivamente via SIGEO.

6.2.2.3.1. O documento "Relatório mensal dos serviços executados" deverá ser enviado ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

6.2.2.4. Caso já exista cadastro realizado pela Contratada vinculado a outro Órgão, deverá ser procedida a regularização, de modo que seja alterada sua vinculação para este Tribunal;

6.2.2.4.1. Caso o cadastro existente tenha sido feito por outro Órgão, o fornecedor deverá diligenciar junto ao referido Órgão, no sentido de que lhe seja atribuída a responsabilidade pelo próprio cadastro, de modo que possa prosseguir com a nova vinculação

6.2.3. A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

6.2.4. A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas instruções normativas posteriores.

6.2.5. A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

6.2.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.6. No caso de documento fiscal apresentado com erro, a Contratada será notificada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.7. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

6.3. DO REAJUSTE:

6.3.1. Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração, ou da última atualização do valor contratual em conformidade com os §§3º e 4º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. O reajustamento dos preços será feito com base na variação do IPCA calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:

$$R = [(I - I_o) / I_o] \times P, \text{ onde:}$$

R = Reajuste

I = N.º índice da data do reajuste

I_o = N.º índice da data do orçamento estimado pela Administração ou da concessão do último reajuste

P = Preço a ser reajustado

- 6.3.3. A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pró-rata, mas sim o mês cheio.
- 6.3.4. Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.
- 6.3.5. A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 6.3.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 6.3.2.
- 6.3.6. A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.
- 6.3.7. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.3.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, na época da realização da despesa:

PTR	Natureza da Despesa	Nota de empenho
168.413	4.4.90.52.30	

7.2. Nas parcelas referentes ao exercício de 2027, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES:

8.1. A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no Item 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

- 9.1. A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital e na Lei nº 14.133/2021.
- 9.2. O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.3. A extinção mencionada no subitem anterior será formalmente motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

- 10.1. A execução do objeto obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:
- a) Edital do Pregão Eletrônico nº __/2026, e seus Anexos I, II, III e IV;
- b) Proposta datada de __/__/2026 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados.

10.2. Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão às condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. O Contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do Contrato, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

11.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1. Acompanhar, fiscalizar e atestar a execução contratual, bem como indicar as ocorrências verificadas;

11.2.2. Solicitar à Contratada e a seus prepostos ou obter da Administração todas as providências tempestivas necessárias ao bom andamento do contrato e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;

11.2.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.2.4. Propor a aplicação de penalidades à Contratada e encaminhar os documentos necessários à instrução de procedimentos para possível aplicação de sanções administrativas;

11.2.5. Acompanhar a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuar o atesto da fatura para fins de liquidação e pagamento;

11.2.6. Comunicar à Contratada as providências necessárias para sanar eventuais problemas detectados na execução dos serviços;

11.3. A fiscalização técnica do Contrato avaliará a entrega do material para evitar que a Contratada deixe de produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.4. A fiscalização técnica do Contrato avaliará constantemente a execução do objeto utilizando o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), conforme modelo previsto no item xx do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada não produzir os resultados, deixar de executar, ou executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar matérias e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

11.5. A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais;

11.6. A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do TRF2, quanto à execução do objeto e dos serviços contratados, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

11.7. As irregularidades detectadas pela fiscalização do TRF2 serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

12.1. O prazo de vigência do presente Contrato será de 300 (trezentos) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 111 da Lei nº 14.133/2021. .

12.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto do Contrato não for concluído no período estabelecido.

12.2.1. Caso a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:

12.2.1.1. A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ela as penalidades estabelecidas no item 17 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

12.2.1.2. O Contratante poderá optar pela extinção do Contrato, estabelecida na Cláusula Nona.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GARANTIA DO OBJETO:

13.1. A garantia dos equipamentos entregues e dos serviços prestados seguirá o disposto nos Itens 1.3 e 1.4 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, da seguinte forma:

13.1.1. O prazo de garantia será de, no mínimo, 1 (um) ano, a contar da data do Termo de Recebimento Definitivo, conforme Item 1.3 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

13.1.2. As condições de manutenção e assistência técnica no período de garantia seguirão o disposto no Item 1.4 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

14.1. Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

14.1.1. A garantia mencionada no subitem anterior deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura deste Contrato pelo Contratante.

OU

14.1. Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, na modalidade seguro-garantia, no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme apólice _____, vigência de ____/____/____ a ____/____/____.

14.2. A prestação da garantia contratual encontra-se detalhadamente discriminada no item 14.11 do Edital do Pregão Eletrônico referenciado no preâmbulo.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):

15.1. O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR, o qual define objetivamente níveis esperados de qualidade da prestação dos serviços e as respectivas adequações de pagamento, na forma estabelecida no Item 11 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA ANÁLISE DE RISCOS:

16.1. Os riscos da contratação encontram-se detalhadamente analisados no Item 12 do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DOS CASOS OMISSOS:

17.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

18.1. O Contrato poderá ser alterado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

18.1.1. No que se refere à alteração unilateral, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Contrato, até 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.2. As alterações unilaterais, mencionadas no subitem anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

18.2. Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

18.3. Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos valores devidos pelos serviços prestados.

19 - CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO:

19.1. Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

20 - CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO:

20.1. Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ PAULO DA SILVA ARAÚJO FILHO DA GAMA

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Presidente

RESPONSÁVEL

EMPRESA CONTRATADA

(cargo)

****MINUTA ASSINADA APENAS PARA PERMITIR A VISUALIZAÇÃO DO CONTEÚDO****



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA TEIXEIRA JORGE**, **Analista Judiciária**, em 18/05/2026, às 18:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1780892** e o código CRC **C5FC3D5B**.

0020353-51.2025.4.02.8000

SEI 1780892v3



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES TRF2 1296184

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. O prédio do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), localizado à Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro/RJ, conta com uma sala-cofre, inaugurada em março de 2013, a qual integra a infraestrutura de segurança física e lógica destinada à proteção de equipamentos, sistemas e dados críticos da Instituição.

1.2. Para assegurar a operação contínua desse ambiente, é indispensável a manutenção de fornecimento de energia elétrica estável, redundante e protegida contra variações e interrupções, a fim de garantir a disponibilidade dos serviços e a integridade dos ativos tecnológicos instalados.

1.3. Para tanto, o fornecimento de energia elétrica aos equipamentos da sala-cofre é realizado por meio de dois conjuntos (linhas X e Y) de UPS (Uninterruptible Power Supply), também denominados nobreaks, dispositivos que, a partir de bancos de baterias e de sistemas de conversão e condicionamento de energia, asseguram alimentação contínua e estabilizada em caso de oscilações, quedas ou interrupções no suprimento da concessionária, evitando desligamentos abruptos dos equipamentos e garantindo tempo hábil para a atuação de sistemas de contingência.

1.4. Considerando a ocorrência de um sinistro no UPS que atende à linha X da sala-cofre, ocorrida em setembro de 2025, com a queima total do equipamento e perda de sua funcionalidade, após uma ocorrência na rede elétrica da concessionária e falha na entrada dos sistema de geração de emergência, faz-se necessária a presente contratação a fim de restabelecer as condições adequadas de fornecimento de energia elétrica ao ambiente, a fim de evitar a exposição do TRF2 a riscos relevantes, tais como interrupções inesperadas dos serviços, indisponibilidade de sistemas essenciais, danos a equipamentos, perda ou corrupção de dados e comprometimento da continuidade operacional e da segurança da informação.

1.5. O Tribunal conta, adicionalmente, com o prédio localizado à Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, Centro, Rio de Janeiro/RJ, imóvel de três pavimentos destinado à execução de atividades administrativas e de apoio institucional às atividades finalísticas do TRF2, abrigando unidades administrativas estratégicas, como a Secretaria de Atividades Administrativas (SAT), a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças (SPO), entre outros setores de suporte.

1.6. As atividades desenvolvidas nesse endereço dependem diretamente da disponibilidade contínua de energia elétrica para estações de trabalho, equipamentos de rede, sistemas corporativos e demais ativos tecnológicos de apoio, os quais são essenciais ao funcionamento regular das rotinas administrativas, financeiras, orçamentárias e de gestão institucional do Tribunal.

1.7. Verifica-se que parte da infraestrutura instalada no prédio da Rua Visconde de Inhaúma não dispõe de soluções adequadas de proteção e condicionamento de energia elétrica, encontrando-se suscetível a oscilações, quedas momentâneas e interrupções de curta duração no fornecimento, situações que podem resultar em indisponibilidade de sistemas, danos a equipamentos, perda de informações e prejuízos à continuidade das atividades administrativas.

1.8. Nesse contexto, a presente contratação contempla, além da recomposição da infraestrutura de UPS da sala-cofre da Rua Acre, a aquisição de nobreaks de menor porte, devidamente dimensionados para atender às cargas críticas do prédio da Rua Visconde de Inhaúma, com o objetivo de mitigar riscos operacionais e tecnológicos, assegurar a proteção dos equipamentos eletroeletrônicos, e garantir níveis mínimos de continuidade das atividades administrativas essenciais, em consonância com as boas práticas de gestão de riscos, continuidade de negócios e governança de tecnologia da informação no âmbito da Administração Pública.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão na Programação Orçamentária constante no ID 121032026000302 da PO 2026.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. REQUISITOS TÉCNICOS E DE QUALIDADE

3.1.1. Os materiais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação, bem como à execução do serviço associado.

3.1.2. A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues, assim como pelo serviço prestado.

3.1.3. Não serão aceitos materiais cujas embalagens tenham evidências de terem sofrido danos. Os produtos que apresentarem desconformidade com o padrão exigido, defeito ou embalagem violada, deverão ser substituídos pelo fornecedor sem qualquer ônus para o contratante.

3.1.4. Os produtos cotados deverão ser novos e de primeira qualidade.

3.1.5. Todos os produtos deverão conter rótulos e/ou etiquetas com as seguintes informações: data de fabricação, prazo de validade, número do lote do produto, nome do fabricante ou importador. Os rótulos não podem estar rasgados, descolados das embalagens, manchados ou com letras ilegíveis.

3.1.6. Para os produtos que assim o exigirem, a empresa deverá apresentar certificação e/ou, estar em consonância com o Sistema Brasileiro de Certificação, cada um no respectivo órgão competente (ex.: ABNT, INMETRO).

3.1.7. A empresa deverá prestar os serviços objeto do presente estudo dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo Contratante, com a observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação, assim como, observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

3.1.8. A contratada deverá respeitar a legislação vigente e as normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, segurança e acessibilidade dos serviços.

3.1.9. A contratada deverá fornecer todos os equipamentos de segurança necessários para a adequada execução de serviços, conforme o art. 6º, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e a Portaria MTP nº 2.175, de 28 de julho de 2022, que regulamenta a NR 06 sobre equipamentos de proteção individual.

3.1.10. O sistema de UPS/nobreaks a ser fornecido e instalado deverá atender integralmente a todas as características básicas apresentadas no documento de Especificações Técnicas.

3.1.11. A contratada deverá fornecer documentação técnica completa, incluindo manuais, diagramas elétricos, procedimentos de operação e manutenção, provendo treinamento da equipe técnica do Tribunal para operação básica, monitoramento e procedimentos de contingência.

3.1.12. O sistema de UPS/nobreaks deverá possuir características técnicas compatíveis com a criticidade das cargas atendidas, assegurando fornecimento de energia contínuo, estabilizado e livre de interrupções, inclusive durante variações de tensão, de curta ou longa duração, e outras falhas no fornecimento da concessionária.

3.1.13. Os equipamentos deverão permitir integração plena com a infraestrutura elétrica existente, incluindo quadros de distribuição, sistemas de geração de emergência e demais sistemas associados, sem necessidade de adaptações que comprometam a segurança, a confiabilidade ou a integridade do ambiente.

3.1.14. A contratada deverá realizar a instalação, parametrização, comissionamento e testes operacionais dos sistemas de UPS/nobreaks, incluindo testes de carga, testes de autonomia e testes de comutação, com emissão de relatório técnico para fins de aceitação pelo Contratante.

3.1.15. Sempre que aplicável, os sistemas de UPS/nobreaks deverão dispor de recursos de monitoramento e supervisão, possibilitando o acompanhamento de parâmetros operacionais, alarmes e eventos, de forma a subsidiar ações preventivas e corretivas.

3.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.2.1. Certidão de Pessoa Jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), comprovando o registro e a habilitação da licitante na área de elétrica e o seu atual quadro de responsáveis técnicos.

3.2.2. Comprovação de aptidão técnica mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que a licitante executou serviços de fornecimento, instalação e comissionamento de sistemas de UPS/nobreaks, preferencialmente em ambientes críticos, envolvendo equipamentos modulares com potência nominal mínima de 210 kW, correspondente a 50% (cinquenta por cento) da capacidade total a ser fornecida e instalada para atendimento à sala-cofre do Tribunal.

3.2.3. Indicação do responsável técnico, dentre os arrolados na Certidão de Pessoa Jurídica apresentada, que será o detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART – CREA) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT – CRT) por todos os serviços a serem desenvolvidos.

3.3. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

3.3.1. Todos os elementos a serem discriminados no Termo de Referência, no que tange à composição, execução, instalação e ao armazenamento de suas respectivas embalagens, devem ser, no que couber, condizentes com as disposições estabelecidas no artigo 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

3.3.2. Os produtos deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, confeccionadas com materiais recicláveis e resistentes, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, e posterior descarte.

3.3.3. A contratada deverá optar, preferencialmente, pela utilização de materiais sustentáveis (materiais reciclados, biodegradáveis ou atóxicos) na execução da solução contratada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

3.3.4. Deve ser evitada a utilização de máquinas que aumentem a geração de resíduos industriais no modo de produção do bem ou serviço a ser contratado.

3.3.5. A contratada deverá adotar práticas que minimizem a geração de resíduos e consumo de energia, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

3.3.6. A contratada deverá observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades, respeitando a Logística Reversa de Resíduos Sólidos determinada na Lei nº 12.305/2010.

3.3.7. A contratada será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar ao TRF2 em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas ao produto objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

4.1. O quantitativo de material foi calculado com base no levantamento das cargas atualmente instaladas na sala-cofre do edifício-sede do Tribunal, localizado à Rua Acre, nº 80, bem como na previsão de aumento de carga a curto e médio prazo, e na necessidade de redundância do sistema, considerando a criticidade do ambiente. Adicionalmente, o dimensionamento contemplou as cargas críticas existentes no edifício administrativo situado à Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, destinadas ao suporte das atividades administrativas e institucionais do Tribunal, conforme levantamento técnico específico realizado para esse endereço.

4.2. O referido levantamento foi realizado pela equipe técnica da Seção de Manutenção Elétrica (SEMAUT), e encontra-se formalizado na memória de cálculo juntada aos autos da contratação, da qual resulta o montante total dimensionado de 480 kW.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

SOLUÇÕES		ANÁLISE VANTAGENS/DESVANTAGENS
1	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de nobreaks destinados ao sistema de fornecimento de energia elétrica estabilizada para a sala-cofre do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como para o atendimento das cargas	Vantagens: <p>§ Restabelece e eleva o nível de confiabilidade, disponibilidade e segurança elétrica da sala-cofre e das cargas administrativas críticas.</p> <p>§ Possibilita arquitetura modular e redundante para a sala-cofre, assim como solução dimensionada para os ambientes administrativos, mitigando falhas.</p> <p>§ Solução definitiva e alinhada às boas práticas para ambientes de missão crítica e de suporte institucional.</p> <p>§ Inclui garantia, suporte técnico e conformidade normativa, reduzindo riscos operacionais e jurídicos.</p>

	críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma.	<p>§ Permite planejamento de capacidade futura e escalabilidade.</p> <p>Desvantagens:</p> <p>§ Maior investimento inicial (CAPEX).</p> <p>§ Prazo de contratação, fornecimento e implantação pode ser um pouco mais longo.</p> <p>Análise final:</p> <p>§ Melhor relação segurança-confiabilidade-conformidade para o longo prazo.</p>
2	Manutenção das condições atuais de operação do sistema de fornecimento de energia elétrica para a sala-cofre do TRF2, com apenas a linha Y em funcionamento, e ausência de proteção adequada das cargas do edifício da Rua Visconde de Inhaúma.	<p>Vantagens:</p> <p>§ Custo imediato mínimo (sem novos investimentos).</p> <p>§ Implementação imediata, sem necessidade de processo de contratação.</p> <p>§ Mantém a operação no curto prazo.</p> <p>Desvantagens:</p> <p>§ Risco elevado de indisponibilidade da sala-cofre por ausência de redundância.</p> <p>§ Exposição contínua das cargas administrativas da Rua Visconde de Inhaúma a falhas elétricas, oscilações e interrupções.</p> <p>§ Potencial interrupção de serviços críticos e administrativos, com risco de danos a equipamentos e perda de dados.</p> <p>§ Não conformidade com boas práticas aplicáveis a sala-cofre e à gestão de riscos operacionais.</p> <p>§ Solução paliativa, com aumento significativo do risco institucional e operacional.</p> <p>Análise final:</p> <p>§ Menor custo imediato, porém, maior risco institucional e operacional; tecnicamente desaconselhável para ambientes críticos ou de suporte estratégico.</p>
3	Locação de nobreaks para suprir os equipamentos danificados na sala-cofre do TRF2 e, eventualmente, atender de forma emergencial as cargas administrativas do edifício da Rua Visconde de Inhaúma.	<p>Vantagens:</p> <p>§ Rapidez de implementação, útil como medida de contingência.</p> <p>§ Menor desembolso inicial em comparação à aquisição.</p> <p>§ Flexibilidade contratual para atender necessidade temporária.</p> <p>§ Reduz risco imediato de indisponibilidade.</p> <p>Desvantagens:</p> <p>§ Custo recorrente ao longo do tempo pode superar a aquisição.</p> <p>§ Dependência do fornecedor e possíveis limitações de integração com a infraestrutura existente.</p> <p>§ Geralmente não oferece solução estruturante de longo prazo.</p> <p>§ Pode apresentar restrições quanto a redundância, customização e vida útil dos equipamentos.</p> <p>Análise final:</p> <p>§ Adequada como solução temporária/contingencial; não substitui uma solução definitiva e integrada para os ambientes.</p>

5.1. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

5.1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de nobreaks destinados ao sistema de fornecimento de energia elétrica estabilizada para a sala-cofre do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como para o atendimento das cargas críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma.

5.2. Foi realizada pesquisa de contratações similares em outros órgãos e entidades, tendo sido encontradas licitações semelhantes nos seguintes órgãos:

5.2.2. Serviço Federal de Processamento de dados (SERPRO), Edital nº 91189/2025, para contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema UPS trifásico, modular e com baixo MTTR (tempo médio de reparo) para a Regional Rio de Janeiro, com potência de 250 kW e tensão de entrada de 380/220 V.

5.2.3. Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), Edital nº 90028/2025, para contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de UPS modular, com paralelismo redundante entre os módulos, destinado ao suprimento elétrico de cargas sensíveis nas instalações do TRF2, com potência de 300 kW e tensão de entrada de 220/127 V.

5.2.4. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), Edital nº 90037/2024, para fornecimento e instalação de um conjunto de sistemas modulares UPS, quadros de paralelismo e *bypass*, bancos de baterias compatíveis com os UPS, além da construção de novos circuitos de distribuição da energia estabilizada para o atendimento das cargas críticas no TRF4, com potência de 180 kW e tensão de entrada de 220/127 V.

5.3. Não foram encontradas nas contratações pesquisadas diferentes metodologias ou diferentes logísticas que atendessem às necessidades da presente contratação de modo mais eficaz.

5.4. A contratação em tela se encontra disponível no mercado em diversas empresas.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. O valor global estimado para a contratação é de R\$ 1.644.152,24, conforme descrito na Planilha de Preços juntada aos autos da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. SOLUÇÃO ESCOLHIDA

7.1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de nobreaks destinados ao sistema de fornecimento de energia elétrica estabilizada para a sala-cofre do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, bem como para o atendimento das cargas críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma.

7.2. JUSTIFICATIVA

7.2.1. Necessidade de restabelecer e assegurar níveis adequados de confiabilidade, disponibilidade e qualidade no suprimento de energia elétrica dos sistemas críticos da sala-cofre do TRF2, atualmente expostos a risco elevado de indisponibilidade em razão da ausência de redundância e de limitações operacionais do arranjo atual.

7.2.2. É imprescindível a implementação de solução técnica definitiva, com arquitetura modular e redundante para a sala-cofre, e com soluções de condicionamento e proteção de energia adequadas às cargas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma, aderente às boas práticas aplicáveis a ambientes de missão crítica e de suporte institucional, às normas técnicas vigentes, bem como às exigências de segurança da informação e de continuidade dos serviços, de modo a mitigar riscos operacionais, prevenir danos a equipamentos sensíveis e assegurar a estabilidade, disponibilidade e integridade da infraestrutura tecnológica que sustenta as atividades institucionais do Tribunal.

7.2.3. Por ser uma solução viável, mais rápida e econômica para o Tribunal, necessária para o perfeito desenvolvimento das atividades do TRF2, cujos resultados pretendidos estão condizentes com o preço estimado.

7.3. DO CICLO DE VIDA

7.3.1. A solução foi definida considerando seu ciclo de vida como um todo, a partir da análise geral realizada nos estudos preliminares, onde foram identificados os requisitos inerentes à forma de execução do serviço, validade dos materiais envolvidos, quantitativos necessários e as especificações técnicas com vistas à consecução do objeto proposto.

7.3.2. Foram observadas as seguintes etapas do ciclo de vida do serviço:

7.3.2.1. Contratação

7.3.2.1.1. Será efetuada por meio de pregão eletrônico, uma vez que a solução apontada é tecnicamente viável, e em virtude da existência de empresas no mercado que viabilizam o certame.

7.3.2.2. Preparação

7.3.2.2.1. A empresa deverá designar formalmente o preposto, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao contrato, informando o nome e telefone de contato.

7.3.2.2.2. A empresa apresentar a relação dos funcionários que irão executar os serviços no prédio, indicando nome e nº de Certidão de Pessoa Física (CPF), para que seja autorizado seu acesso ao prédio junto ao Setor de segurança.

7.3.2.2.3. Será definido junto ao setor responsável pelo contrato local para guarda de materiais, equipamentos e ferramentas, bem como local e horário para carga e descarga de materiais.

7.3.2.2.4. A firma deverá apresentar listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade, que será entregue ao setor de segurança ao dar entrada no Tribunal, para posterior conferência na saída da firma. Não será permitida a utilização de ferramentas, equipamentos e materiais de limpeza do Tribunal, salvo quando houver autorização do Diretor competente.

7.3.2.2.5. Não há necessidade de instalações e montagens especiais visto que o prédio do TRF2 possui depósitos e vestiários disponíveis.

7.3.2.3. Execução do Serviço

7.3.2.3.1. A contratada deverá executar os serviços de acordo com as especificações técnicas, e deverá atender todas as normas e regulamentações pertinentes ao objeto da contratação.

7.3.2.3.2. A contratada deverá garantir que a mão de obra empregada na execução dos serviços será de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo resultado, acabamento e aparência, sendo as tolerâncias, ajustes e métodos de execução compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso.

7.3.2.3.3. Os serviços serão realizados preferencialmente no período diurno das 6h às 17h. Nesse intervalo de tempo, a partir das 11h, os serviços que produzam ruídos ou odores fortes, que prejudiquem o desenvolvimento das atividades cotidianas deste Tribunal não poderão ser executados, devendo ter a sua execução planejada para o intervalo de tempo compreendido entre 6h até às 11h.

7.3.2.3.4. A contratada deverá garantir que todos os materiais, equipamentos, componentes e acessórios utilizados para a execução do serviço sejam novos, de alto grau de qualidade (inclusive os serviços), em conformidade com os padrões normativos nacionais e internacionais aplicáveis.

7.3.2.3.5. As áreas de trabalho deverão ser mantidas limpas, durante toda a execução dos serviços, além do depósito e vestiário disponibilizado para a empresa.

7.3.2.4. Fiscalização

7.3.2.4.1. O contratante designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do serviço.

7.3.2.5. Descarte

7.3.2.5.1. A contratada deverá efetuar a logística reversa dos bancos de baterias atualmente instalados no TRF2.

7.3.2.5.2. A contratada deverá fornecer todas as informações necessárias para a elaboração do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) de acordo com a resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro.

7.3.2.5.3. Após o recolhimento das baterias, a contratada deverá fornecer ao TRF2 o Certificado de Destinação Final (CDF), sendo a sua entrega condição indispensável para o atesto da nota fiscal.

7.3.2.6. Conclusão e Aceitação do Serviço

7.3.2.6.1. Ao término dos serviços deverá ser procedida a limpeza final dos ambientes com a remoção cuidadosa de todas as manchas com produtos e técnicas apropriadas, dispensando-se especial atenção à perfeita execução dessa limpeza nos revestimentos, vidros, pedras. Os custos referentes às operações de limpeza dos ambientes deverão estar contemplados nos valores apresentados para a execução dos respectivos serviços.

7.3.2.6.2. Concluído o serviço, a contratada deverá providenciar a remoção de quaisquer entulhos e/ou detritos acumulados no local.

7.3.2.6.3. O eventual descarte de detritos e/ou entulhos deverá ser efetuado de acordo com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

7.3.2.6.4. A aceitação dos serviços se dará após a conferência final do gestor ou comissão gestora do contrato, assegurando que todos os termos e condições do contrato foram cumpridos e que quaisquer responsabilidades ou obrigações remanescentes foram adequadamente executadas.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. O parcelamento da contratação em mais de um lote não se mostra técnica nem economicamente recomendável, uma vez que o objeto compreende o fornecimento, instalação, integração, parametrização, comissionamento, garantia e suporte de sistemas de nobreaks, cuja funcionalidade, confiabilidade e desempenho dependem de uma abordagem integrada, ainda que a execução física ocorra em locais distintos.

8.2. Sob a perspectiva técnica e operacional, o objeto apresenta unidade funcional, exigindo padronização tecnológica, compatibilidade de componentes, uniformidade de procedimentos de instalação e configuração, além de responsabilidade técnica única pelo desempenho dos sistemas. O parcelamento por lote ampliaria riscos de heterogeneidade tecnológica, dificuldades de integração e conflitos de responsabilidade entre fornecedores distintos, especialmente em situações de falha, com potencial impacto na confiabilidade e na continuidade dos serviços institucionais.

8.3. No aspecto econômico, a divisão do objeto em lotes distintos tende a ser desvantajosa, pois a redução do volume de fornecimento por fornecedor limita os ganhos de escala, podendo resultar em custos unitários e globais mais elevados. Em contrapartida, a contratação em lote único amplia o escopo do fornecimento, fortalece o poder de barganha do Tribunal e favorece a obtenção de preços mais competitivos, além de reduzir custos administrativos indiretos associados à gestão de múltiplos contratos, garantias e níveis de serviço.

8.4. Sob a ótica da governança e da gestão de riscos, a contratação única favorece o controle técnico e administrativo, a rastreabilidade das responsabilidades, a uniformidade dos níveis de serviço e a adoção de práticas preventivas e corretivas consistentes, além de facilitar o acompanhamento do desempenho contratual e a fiscalização pelo Tribunal.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. RESULTADOS DIRETOS

9.1.1. Fornecimento de energia elétrica estabilizada, ininterrupta e com níveis adequados de confiabilidade aos sistemas críticos instalados na sala-cofre do Tribunal, bem como às cargas críticas administrativas do edifício localizado à Rua Visconde de Inhaúma, assegurando proteção compatível com a criticidade de cada ambiente.

9.1.2. Garantia de continuidade da alimentação elétrica dos equipamentos de tecnologia da informação e comunicações em situações de falha ou oscilação da rede pública, assegurando a manutenção da operação por período compatível com os requisitos de ambientes de missão crítica e de suporte institucional.

9.1.3. Redução do risco de indisponibilidade e de danos a equipamentos sensíveis, por meio de proteção contra interrupções, variações de tensão, surtos e demais distúrbios elétricos.

9.2. RESULTADOS INDIRETOS

9.2.1. Assegurar a continuidade dos serviços judiciais e administrativos prestados por esta Corte, em consonância com seus objetivos institucionais e metas estratégicas.

9.2.2. Fortalecimento da segurança da informação, da integridade dos dados e da confiabilidade da infraestrutura tecnológica que sustenta os sistemas corporativos do Tribunal.

9.2.3. Redução de custos associados a falhas de equipamentos, manutenções emergenciais e paralisações de serviços, promovendo maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

9.2.4. Melhoria da qualidade da prestação jurisdicional à sociedade, por meio da maior disponibilidade dos sistemas informatizados e da estabilidade da operação institucional.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO, PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1. Disponibilizar área para guarda de ferramental e armazenamento dos materiais necessários à instalação.

10.2. Prever procedimentos de transição entre a solução provisória eventualmente em uso e o novo sistema, garantindo a continuidade dos serviços.

10.3. Planejar a logística de entrega, movimentação e posicionamento dos equipamentos, considerando restrições de acesso, requisitos de segurança e preservação do ambiente da sala-cofre.

10.4. Validar previamente as condições básicas de infraestrutura do local (espaço, alimentação elétrica, climatização e pontos de instalação), indicando eventuais adequações simples necessárias.

10.5. Acompanhar os testes, o comissionamento e a aceitação técnica do sistema, assegurando que a instalação atenda aos requisitos definidos no futuro Termo de Referência.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. Considerando a necessidade de regularizar, em caráter emergencial, a situação do fornecimento de energia da sala-cofre, comprometida desde setembro de 2025 em razão da queima de módulos do sistema então existente, foi realizada a contratação de locação de nobreaks como medida provisória (Contrato nº TRF2 120/2025, processo 0021473-32.2025.4.02.8000), com o objetivo de reduzir o risco de interrupções dos serviços institucionais e mitigar danos imediatos à infraestrutura tecnológica, sem prejuízo da adoção de solução definitiva por meio de contratação para fornecimento e instalação de sistema adequado à necessidade.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

12.1. A contratação prevê que o serviço será executado de acordo com a legislação dos órgãos ambientais, não havendo, portanto, impactos ambientais negativos.

12.2. Havendo necessidade de retirada de restos de materiais e entulho, os mesmos serão descartados seguindo os critérios e legislação relativos à sustentabilidade.

13. PARECER CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

13.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

-



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GUALBERTO RODRIGUES ALVES**, Supervisor, em 03/02/2026, às 14:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf2.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1296184** e o código CRC **5B2F0474**.